

# RELATÓRIO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL



## SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL.....	3
1.1. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	3
1.2. PREVISÃO DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA.....	5
1.2.1. Receita Prevista.....	6
1.2.2. Despesa Autorizada.....	7
1.2.3. Créditos Orçamentários e Adicionais.....	7
1.3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	9
1.3.1. Balanço Orçamentário.....	9
1.3.2. Execução Orçamentária da Receita.....	10
1.3.2.1. Composição da Receita Corrente.....	11
1.3.2.1.1. Receita Tributária.....	11
1.3.2.1.2. Receita ta de Contribuição.....	12
1.3.2.1.3. Receita Patrimonial.....	13
1.3.2.1.4. Receita de Serviços.....	13
1.3.2.1.5. Transferências Correntes.....	13
1.3.2.1.6. Outras Receitas Correntes.....	14
1.3.2.2. Composição da Receita de Capital.....	14
1.3.2.2.1. Operações de Crédito.....	14
1.3.2.2.2. Alienações de Bens.....	15
1.3.2.2.3. Amortização de Empréstimos.....	15
1.3.2.2.4. Transferências de Capital.....	15
1.3.3. Execução Orçamentária da Despesa.....	16
1.3.3.1. Despesas Correntes.....	16

1.3.3.2. Despesas de Capital .....	17
1.3.3.3. Despesas por Função.....	18
1.4. GESTÃO FINANCEIRA .....	19
1.4.1. Balanço Financeiro .....	19
1.4.2. Fluxo Financeiro.....	20
1.5. GESTÃO PATRIMONIAL .....	21
1.5.1. Balanço Patrimonial.....	21
1.5.1.1. Ativo Financeiro.....	22
1.5.1.2. Ativo Permanente.....	22
1.5.1.3. Passivo Financeiro .....	22
1.5.1.4. Passivo Permanente .....	23
1.5.1.5. Superávit Financeiro .....	23
1.5.1.6. Saldo Patrimonial .....	23
1.5.2. Demonstração das Variações Patrimoniais .....	24
1.6. GESTÃO FISCAL .....	25
1.6.1. Receita Corrente Líquida.....	25
1.6.2. Despesas com Pessoal e Encargos .....	26
1.6.3. Dívida Consolidada Líquida.....	26
1.6.4. Garantias e Contragarantias de Valores.....	27
1.6.5. Operações de Crédito.....	28
1.6.6. Disponibilidade de Caixa.....	28
1.6.7. Resultado Nominal .....	29
1.6.8. Resultado Primário .....	30
1.7. LIMITES CONSTITUCIONAIS.....	31
1.7.1. Aplicação na Saúde.....	31
1.7.2. Aplicação na Educação.....	31

---

1.8. DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL .....	33
1.8.1. Dívida Fundada Estadual.....	33
1.8.1.1. Dívida Externa .....	35
1.8.1.2. Dívida Interna.....	36
1.8.1.3. Composição por Indexador.....	36
1.8.1.4. Evolução da Dívida Estadual .....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	40

## 1. RELATÓRIO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

### 1.1. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento estratégico de médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, ressalta-se que no exercício de 2007 encerrou-se a execução do PPA 2004-2007 do Estado do Tocantins, o qual definiu os seguintes macros objetivos:

1. Aumento da produção com desenvolvimento sustentável - O Tocantins crescendo e conservando sua natureza;
2. Complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicações - Tocantins logístico consolidando as bases do seu progresso;
3. Alta qualidade nos serviços públicos e equilíbrio fiscal - Tocantins: eficiência administrativa e respeito ao contribuinte;
4. Inclusão social e elevação da qualidade de vida dos tocaninenses - Tocantins da justiça social;
5. Segurança e cidadania aos tocaninenses - Tocantins cidadão.

A elaboração do PPA 2004-2007 teve como ponto de partida “o desejo de construir um futuro digno, com justiça e paz para todos os cidadãos tocaninenses. Nessa caminhada rumo ao progresso, continuaremos consolidando as conquistas já obtidas e não mediremos esforços para atingir aquilo que o Governador definiu como objetivo central da presente etapa do nosso desenvolvimento: inserção competitiva do Tocantins na economia nacional e internacional, tendo como base o seu desenvolvimento sustentável e a inclusão social”.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, instituída através da Lei nº. 1.731, de 24 de outubro de 2006, definiu em seu art. 2º que as Metas e Prioridades para o exercício de 2007 seriam estabelecidas através da revisão do PPA 2004-2007, a qual ocorreu na Lei nº. 1.752, de 26 de dezembro de 2006, que definiu as metas e prioridades do Governo do Estado do Tocantins a serem executadas no exercício de 2007, divididas nos seguintes programas:

- Geração de Renda;
- Pioneiros Mirins;
- Atenção Progressiva à Saúde;
- Combate à Fome;

- Conservação Rodoviária;
- Dar Mais Saúde à Vida;
- Defesa e Inspeção Sanitária Animal;
- Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins;
- Desenvolvimento Regional Sustentável;
- Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação - CTI;
- Fomento à Fruticultura e à Silvicultura;
- Modernização da Administração Pública;
- Pavimentar para Melhorar;
- Perenização das Bacias Hidrográficas;
- Programa de Desenvolvimento Industrial;
- Programa Especial de Desenvolvimento - PED;
- Regularização de Terras Públicas;
- Valorização da Agricultura Familiar: Organizar, Produzir e Agregar.

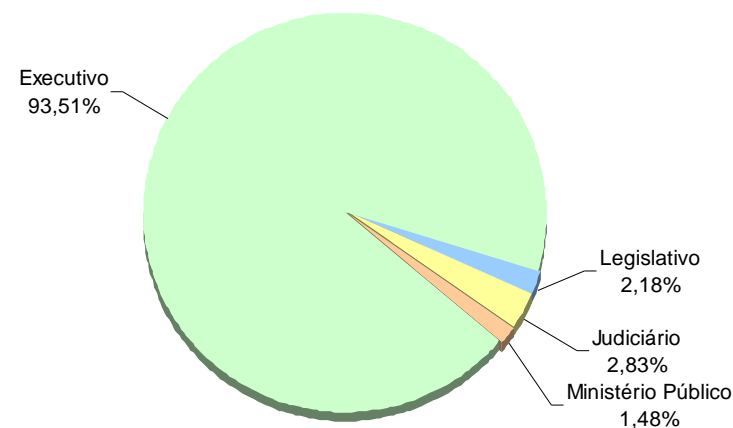
Assim, o Estado busca, de forma eficiente, a consecução das metas e objetivos planejados, através da execução orçamentário-financeira, dos seus programas, projetos e atividades, bem como o controle das finanças públicas, com horizonte de constante aperfeiçoamento e melhoria na administração governamental.

Para os exercícios futuros, o governo almeja através de seus macros objetivos, atuar nos seguimentos que são pilares para o crescimento e desenvolvimento sustentável, sem deixar de atender os princípios básicos constitucionais dos cidadãos, propiciando saúde, educação, segurança, oportunidades de trabalho e qualidade de vida.

## 1.2. PREVISÃO DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, para o exercício de 2007, aprovado pela Lei nº. 1.753, de 26 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado - DOE nº. 2.315, de 27 de dezembro de 2006, abrangendo os Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público, elaborado segundo os preceitos técnico-formais estabelecidos na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, estimou a receita em R\$ 3.754.046.196,00, e fixou a Despesa em igual valor, atendendo à LDO. Após a atualização da previsão da receita e os créditos adicionais abertos durante o exercício, o orçamento sofreu a alteração de R\$ 235.815.488,00.

GRÁFICO 1 - ORÇAMENTO AUTORIZADO: FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR PODER



A Lei Orçamentária Anual compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, onde o Orçamento Fiscal no valor de R\$ 2.834.954.947,00 corresponde a 75,52% do orçamento total e o Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 919.091.249,00 representa 24,48%.

A Tabela 1 - Demonstra a composição do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, destacadas as Fontes, por Poderes.

TABELA 1 - ORÇAMENTO AUTORIZADO: FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR PODER			
PODERES	FONTES		TOTAL
	TESOURO	OUTRAS	
Executivo	2.095.070.356,00	1.635.789.724,00	3.730.860.080,00
Legislativo	85.508.028,00	1.509.374,00	87.017.402,00
Judiciário	105.235.576,00	7.500.000,00	112.735.576,00
Ministério Público	58.932.926,00	315.700,00	59.248.626,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.344.746.886,00</b>	<b>1.645.114.798,00</b>	<b>3.989.861.684,00</b>

### 1.2.1. Receita Prevista

A receita total prevista no orçamento foi constituída das seguintes fontes de recursos:

I - R\$ 2.262.219.547,00 de Recursos do Tesouro - Ordinários compostos da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dos recursos diretamente arrecadados;

II - R\$ 247.724.242,00 de Recursos do Tesouro - Vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. (Alterado para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, instituído pela Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007).

III - R\$ 219.436.813,00 de Recursos do Tesouro - Vinculados, condicionados à efetiva arrecadação e com aplicação específica.

IV - R\$ 1.024.665.594,00 de Recursos de Outras Fontes das Entidades da Administração Indireta.

A Tabela 2, demonstra a Previsão da Receita por Categoria Econômica, com sua atualização, incluindo as Receitas Intra-Orçamentárias.

**GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO DA PREVISÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

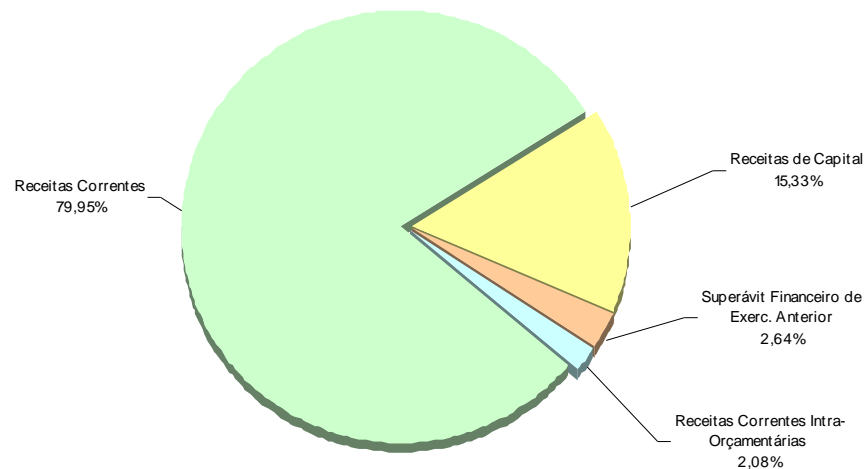


TABELA 2 - PREVISÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%. Part.
Receitas Correntes	3.190.046.950,00	79,95
Receita Tributária	969.436.308,00	24,30
Receita de Contribuição	132.925.000,00	3,33
Receita Patrimonial	169.249.900,00	4,24
Receita de Serviço	2.531.000,00	0,06
Transferências Correntes	2.225.532.529,00	55,78
Outras Receitas Correntes	23.928.478,00	0,60
(-) Deduções da Receita Corrente	(333.556.265,00)	(8,36)
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	83.000.000,00	2,08
Receitas de Capital	611.658.290,00	15,33
Operações de Créditos	200.378.539,00	5,02
Alienações de Bens	1.875.000,00	0,05
Amortização de Empréstimos	13.123.300,00	0,33
Transferências de Capital	396.281.451,00	9,93
Superávit Financeiro de Exerc. Anterior	105.156.444,00	2,64
<b>TOTAL</b>	<b>3.989.861.684,00</b>	<b>100,00</b>



### 1.2.2. Despesa Autorizada

A Tabela 4, evidencia os créditos orçamentários e suplementares, bem como os créditos especiais autorizados durante a execução no exercício de 2007, desdobrados por categoria econômica.

### 1.2.3. Créditos Orçamentários e Adicionais

No decorrer do exercício de 2007, conforme demonstrado na Tabela 3, foram abertos créditos adicionais suplementares e especiais, com a finalidade de reforçar dotações orçamentárias e atender despesas não computadas no orçamento, respectivamente, resultando em um acréscimo orçamentário de R\$ 235.815.488,00.

TABELA 3 - CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS	
Especificação	Valor
(+) Orçamento Inicial	3.754.046.196,00
(+) Créditos Suplementares	1.370.537.867,00
(+) Créditos Especiais	115.361.182,00
(-) Reduções	(1.250.083.561,00)
<b>(=) Créditos Orçamentários</b>	<b>3.989.861.684,00</b>

As fontes de recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais suplementares foram: R\$ 130.659.044,00 por excesso de arrecadação; R\$ 105.156.444,00 oriundo de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior; R\$ 1.250.083.561,00 de anulação total ou parcial de dotação; e para a abertura de crédito especial, foi utilizada a fonte de recursos de anulação total ou parcial de dotação, no valor de R\$ 115.361.182,00.

TABELA 4 - DESPESA AUTORIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% PART.
Créditos Orçamentários e Suplementares	3.915.026.140,00	98,124
Despesas Correntes	2.511.683.509,00	62,952
Pessoal e Encargos Sociais	1.296.028.724,00	32,483
Juros e Encargos da Dívida	31.407.826,00	0,787
Outras Despesas Correntes	1.184.246.959,00	29,681
Despesas Intra - Orçamentárias	84.268.280,00	2,112
Pessoal e Encargos Sociais	84.014.280,00	2,106
Outras Despesas Correntes	254.000,00	0,006
Despesas de Capital	1.092.016.322,00	27,370
Investimentos	950.638.479,00	23,826
Inversões Financeiras	47.365.438,00	1,187
Amortização da Dívida	94.012.405,00	2,356
Reserva de Contingência	227.058.029,00	5,691
Créditos Especiais	74.835.544,00	1,876
Despesas Correntes	18.085.985,00	0,453
Pessoal e Encargos Sociais	5.422.463,00	0,136
Outras Despesas Correntes	12.663.522,00	0,317
Despesas Intra - Orçamentárias	95.000,00	0,002
Pessoal e Encargos Sociais	95.000,00	0,002
Despesas de Capital	56.654.559,00	1,420
Investimentos	53.914.859,00	1,351
Inversões Financeiras	2.739.700,00	0,069
<b>TOTAL</b>	<b>3.989.861.684,00</b>	<b>100,00</b>

Os créditos orçamentários para o exercício de 2007, estão classificados de acordo com a seguinte codificação de destinação dos recursos públicos:

- 00 - Recursos Ordinários da Administração Direta e Indireta;
- 10 a 39 - Recursos do Tesouro;
- 40 a 90 - Recursos das Autarquias, Fundos e Fundações.

A Tabela 5 demonstra a composição do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, detalhado por fonte de recursos. Evidencia-se que 58,77% dos recursos pertencem à fonte 00 - Recursos Ordinários, ou seja, os recursos sem destinação específica, os demais representam 41,23% do montante dos créditos orçamentários autorizados, destacando-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB que representa 7,09% e os Recursos Previdenciários com 7,07%.

TABELA 5 - CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS POR FONTE DE RECURSOS						
FONTE	ORÇAMENTO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	REDUÇÃO	CRÉDITOS ESPECIAIS	AUTORIZADO	%
000 Recursos Ordinários	2.262.219.547,00	869.798.724,00	811.235.251,00	23.963.866,00	2.344.746.886,00	58,77
<b>SUB-TOTAL (I) - Recursos da Administração Direta e Indireta</b>	<b>2.262.219.547,00</b>	<b>869.798.724,00</b>	<b>811.235.251,00</b>	<b>23.963.866,00</b>	<b>2.344.746.886,00</b>	<b>58,77</b>
010 Cota-Parte - INDESP	1.000.000,00	65.600,00	65.600,00	-	1.000.000,00	0,03
011 Contribuições do FNDE	11.117.354,00	702.473,00	191.033,00	-	11.628.794,00	0,29
014 FUNDEB	247.724.242,00	93.466.388,00	58.466.388,00	-	282.724.242,00	7,09
016 Cota-Parte do Salário - Educação	6.000.000,00	4.881.852,00	2.388.699,00	-	8.493.153,00	0,21
020 Operações de Crédito Externas - Em Moeda	21.126.515,00	5.749.501,00	15.386.577,00	11.587.076,00	23.076.515,00	0,58
023 Recursos de Convênio com a Iniciativa Privada	380.000,00	10.200,00	10.200,00	-	380.000,00	0,01
024 Cont. de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	10.000.000,00	-	-	-	10.000.000,00	0,25
025 Recursos de Convênios com Órgãos Federais	160.596.457,00	80.898.488,00	83.634.361,00	45.358.540,00	203.219.124,00	5,09
027 Cota Parte do Convênio DETRAN/SSP/PM	4.630.000,00	3.037.974,00	2.777.974,00	-	4.890.000,00	0,12
030 Recursos de Conv. Estaduais e/ou Municipais (Adm. Direta).	86.487,00	-	-	-	86.487,00	0,00
035 Cota-Parte de Compensações Financeiras	9.500.000,00	985.000,00	985.000,00	-	9.500.000,00	0,24
036 Doação	-	33.154.662,00	-	-	33.154.662,00	0,83
037 Transferência de Recursos do FNAS	-	182.930,00	36.930,00	-	146.000,00	0,00
<b>SUB-TOTAL (II) - Recursos do Tesouro</b>	<b>472.161.055,00</b>	<b>223.135.068,00</b>	<b>163.942.762,00</b>	<b>56.945.616,00</b>	<b>588.298.977,00</b>	<b>14,74</b>
040 Recursos Próprios	61.620.334,00	17.423.925,00	20.788.473,00	4.298.400,00	62.554.186,00	1,57
041 Recursos Previdenciários	282.000.000,00	36.478.000,00	40.478.000,00	4.000.000,00	282.000.000,00	7,07
042 Assistência Médica	57.000.000,00	14.431.200,00	4.097.200,00	-	67.334.000,00	1,69
045 Recursos de Convênios Estad. e/ou Municipais	-	340.000,00	-	-	340.000,00	0,01
050 Recursos de Convênios Com Iniciativa Privada	3.963.390,00	2.136.270,00	1.379.670,00	-	4.719.990,00	0,12
060 Operações de Crédito Internas - Em Moeda	-	262.105,00	-	-	262.105,00	0,01
070 Operações de Crédito Externas - Em Moeda	55.278.612,00	1.657.841,00	1.657.841,00	-	55.278.612,00	1,39
071 Operações de Crédito Externas - Em Bens e/ou Serviços	62.000.000,00	105.300.997,00	43.589.690,00	-	123.711.307,00	3,10
080 Recursos de Convênios com Órgãos Federais	301.928.258,00	38.953.854,00	102.423.394,00	24.003.300,00	262.462.018,00	6,58
082 Cont. de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Adm. Indireta).	32.000.000,00	6.504.971,00	6.504.971,00	-	32.000.000,00	0,80
086 Alienação de Bens	21.875.000,00	5.479.694,00	5.421.494,00	2.150.000,00	24.083.200,00	0,60
088 Operações Financeiras não Reembolsáveis - Internas	-	25.433,00	-	-	25.433,00	0,00
089 Operações Financeiras não Reembolsáveis - Externas	-	60.970,00	16.000,00	-	44.970,00	0,00
090 Transferência de Recursos Fundo a Fundo	142.000.000,00	48.548.815,00	48.548.815,00	-	142.000.000,00	3,56
<b>SUB-TOTAL (III) - Recursos das Autarquias, Fundos e Fundações</b>	<b>1.019.665.594,00</b>	<b>277.604.075,00</b>	<b>274.905.548,00</b>	<b>34.451.700,00</b>	<b>1.056.815.821,00</b>	<b>26,49</b>
<b>TOTAL GERAL (I+II+III)</b>	<b>3.754.046.196,00</b>	<b>1.370.537.867,00</b>	<b>1.250.083.561,00</b>	<b>115.361.182,00</b>	<b>3.989.861.684,00</b>	<b>100,00</b>

### 1.3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 1.3.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, divide-se basicamente em duas seções, onde na primeira são apresentadas as Receitas Previstas em confronto com as Realizadas, e na segunda são apresentadas as Despesas Fixadas, organizadas por Créditos Orçamentários, Suplementares e Especiais em confronto com as Despesas Executadas.

TABELA 6 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	% Exe.	DESPESAS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	% Exe.
Receitas Correntes	3.190.046.950,00	3.098.305.753,92	97,12	<b>Créditos Orçamentários e Suplementares</b>	<b>3.915.026.140,00</b>	<b>3.251.140.854,10</b>	<b>83,04</b>
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	83.000.000,00	83.037.855,00	100,05	Despesas Correntes	2.511.683.509,00	2.365.244.406,49	94,17
Receitas de Capital	611.658.290,00	454.190.512,47	74,26	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	84.268.280,00	82.975.494,19	98,47
Superávit Financeiro de Exercício Anterior	105.156.444,00	-		Despesas de Capital	1.092.016.322,00	802.920.953,42	73,53
				Reserva de Contingência	227.058.029,00	-	
				<b>Créditos Especiais</b>	<b>74.835.544,00</b>	<b>22.442.697,92</b>	<b>29,99</b>
				Despesas Correntes	18.085.985,00	11.133.878,00	61,56
				Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	95.000,00	62.360,81	65,64
				Despesas de Capital	56.654.559,00	11.246.459,11	19,85
<b>SOMA</b>	<b>3.989.861.684,00</b>	<b>3.635.534.121,39</b>	<b>91,12</b>	<b>SOMA</b>	<b>3.989.861.684,00</b>	<b>3.273.583.552,02</b>	<b>82,05</b>
<b>DÉFICIT</b>	-	-		<b>SUPERÁVIT</b>	-	<b>361.950.569,37</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>3.989.861.684,00</b>	<b>3.635.534.121,39</b>	<b>91,12</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.989.861.684,00</b>	<b>3.635.534.121,39</b>	<b>91,12</b>

Conforme observa-se no Balanço Orçamentário, o exercício de 2007 encerrou-se com um Superávit Orçamentário no montante de R\$ 361 milhões, o qual é apurado no confronto das Receitas Arrecadas e Despesas Realizadas.

No que tange às Receitas Orçamentárias, o Estado do Tocantins arrecadou 91,12% do total das receitas previstas, enfatiza-se que as Receitas Correntes com um total de R\$ 3.098 milhões obtiveram uma realização de 97,12% do valor previsto.

O Estado do Tocantins executou 82,05% das despesas fixadas no orçamento, dessa forma ocorreu uma economia orçamentária no valor de R\$ 716 milhões que representa 17,95% do Orçamento Autorizado.

### 1.3.2. Execução Orçamentária da Receita

A receita arrecadada durante a execução do orçamento tem por finalidade financiar os programas de governo priorizados através da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Desde o exercício de 2002, ocorre um constante aumento na arrecadação, sendo que em 2007, o Governo do Estado do Tocantins obteve um aumento de 18,26%, mais de R\$ 548 milhões, se comparado ao exercício anterior. Dentre as receitas, em termos percentuais de evolução, destacam-se as Receitas provenientes de Operações de Créditos, Receita Patrimonial, Transferências de Capital e a Receita de Contribuição, as quais obtiveram os percentuais de: 74,49%; 66,59%; 44,05 e 30,82% respectivamente.

TABELA 7 - EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA							
RECEITAS	2006		2007				
	ARRECADADO	% Part.	PREVISÃO	ARRECADADO	% Exe.	% Part.	% Evo.
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.696.433.511,56</b>	<b>89,76</b>	<b>3.190.046.950,00</b>	<b>3.098.296.849,50</b>	<b>97,12</b>	<b>87,21</b>	<b>14,90</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	857.162.249,82	28,53	969.436.308,00	960.640.434,81	99,09	27,04	12,07
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	119.508.876,67	3,98	132.925.000,00	156.347.409,16	117,62	4,40	30,82
RECEITA PATRIMONIAL	120.116.486,18	4,00	169.249.900,00	200.099.971,54	118,23	5,63	66,59
RECEITA DE SERVIÇO	925.415,62	0,03	2.531.000,00	1.142.198,91	45,13	0,03	23,43
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.869.437.775,64	62,23	2.225.532.529,00	2.118.942.221,07	95,21	59,65	13,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.179.264,56	0,94	23.928.478,00	30.573.859,00	127,77	0,86	8,50
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(298.896.556,93)	(9,95)	(333.556.265,00)	(369.449.244,99)	110,76	(10,40)	23,60
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>307.468.091,48</b>	<b>10,24</b>	<b>611.658.290,00</b>	<b>454.199.416,89</b>	<b>74,26</b>	<b>12,79</b>	<b>47,72</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	75.101.891,26	2,50	200.378.539,00	131.044.401,41	65,40	3,69	74,49
ALIENAÇÃO DE BENS	13.928.535,83	0,46	1.875.000,00	12.475.059,82	665,34	0,35	(10,44)
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.965.456,68	0,27	13.123.300,00	7.490.759,21	57,08	0,21	(5,96)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	210.472.207,71	7,01	396.281.451,00	303.189.196,45	76,51	8,53	44,05
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.003.901.603,04</b>	<b>100,00</b>	<b>3.801.705.240,00</b>	<b>3.552.496.266,39</b>	<b>93,44</b>	<b>100,00</b>	<b>18,26</b>

As Receitas Correntes correspondem a 87,21% do montante arrecadado, dentre as quais ressaltam-se as Transferências Correntes e, em seguida, a Receita Tributária.

As Receitas de Capital representam 12,79% do total arrecadado, com destaque para as Transferências de Capital e as derivadas de contratação de Operações de Créditos.

GRÁFICO 3 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL

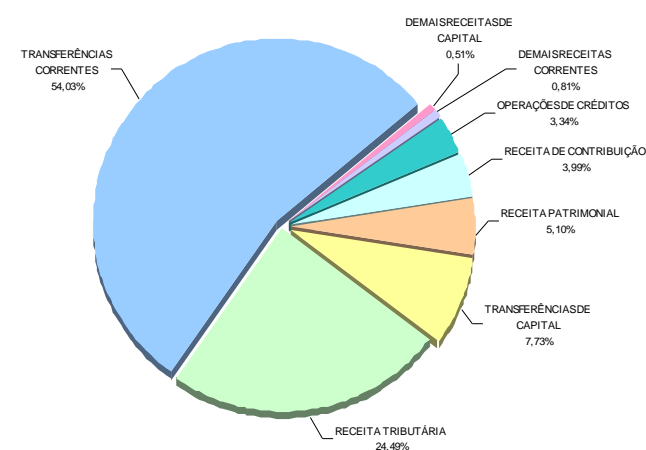


Gráfico 3 demonstra a composição da receita total do Estado<sup>1</sup>. Observa-se que as Transferências Correntes, Receita Tributária e as Transferências de Capital, compõem a maior parte da Receita Total Arrecadada.

<sup>1</sup> Foram excluídas as deduções da receita corrente para efeito desta análise.

### 1.3.2.1. Composição da Receita Corrente

A Lei n. 4.320/64 define as Receitas Correntes como “as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes”.

#### 1.3.2.1.1. Receita Tributária

É composta basicamente da arrecadação de impostos e taxas, conforme apresenta a Tabela 8, com destaque para o ICMS, o qual seguindo a tendência dos anos anteriores representa quase a totalidade das receitas tributárias, no montante de R\$ 774 milhões que corresponde a 80,84% da receita tributária e obteve um aumento de 9,19% em relação ao exercício de 2006. O IPVA, IRRF e Outros somam R\$ 136 milhões. Ocasionalmente pelo aumento significativo de 55,91% em relação ao exercício anterior, as taxas participam com 4,93% da Receita Tributária.

GRÁFICO 4 - PREVISÃO E ARRECADAÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

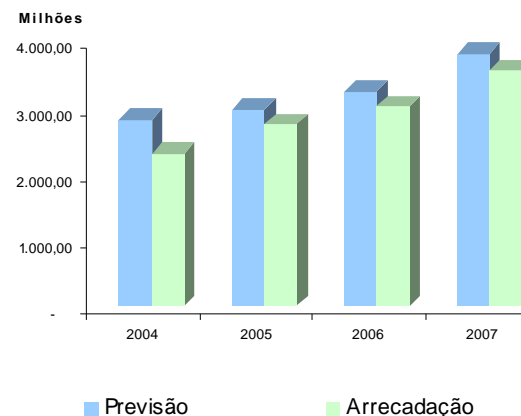


GRÁFICO 5 - ARRECADAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

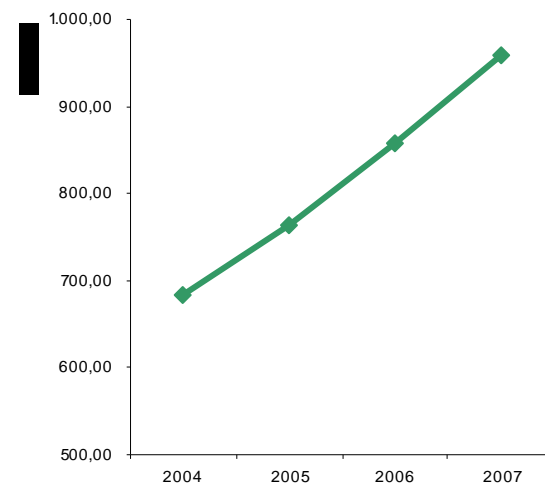


TABELA 8 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

ESPECIFICAÇÃO	2006	2007		% Exe.	% Part.	% Evo.
	ARRECADADA	PREVISTA	ARRECADADA			
<b>IMPOSTOS</b>	<b>826.886.671,90</b>	<b>922.043.169,00</b>	<b>910.934.803,94</b>	<b>98,80</b>	<b>95,07</b>	<b>10,16</b>
ICMS	709.336.038,36	795.378.075,00	774.530.123,40	97,38	80,84	9,19
IPVA	35.300.174,75	41.193.375,00	48.155.345,21	116,90	5,03	36,42
IRRF	80.992.327,89	82.803.822,00	86.332.224,86	104,26	9,01	6,59
Outros	1.258.130,90	2.667.897,00	1.917.110,47	71,86	0,20	52,38
<b>TAXAS</b>	<b>30.275.577,92</b>	<b>47.393.139,00</b>	<b>47.202.197,26</b>	<b>99,60</b>	<b>4,93</b>	<b>55,91</b>
Pelo Poder de Polícia	1.017.649,93	4.031.100,00	1.677.161,54	41,61	0,18	64,81
Pela Prestação de Serviços	29.257.927,99	43.362.039,00	45.525.035,72	104,99	4,75	55,60
<b>TOTAL</b>	<b>857.162.249,82</b>	<b>969.436.308,00</b>	<b>958.137.001,20</b>	<b>98,83</b>	<b>100</b>	<b>11,78</b>

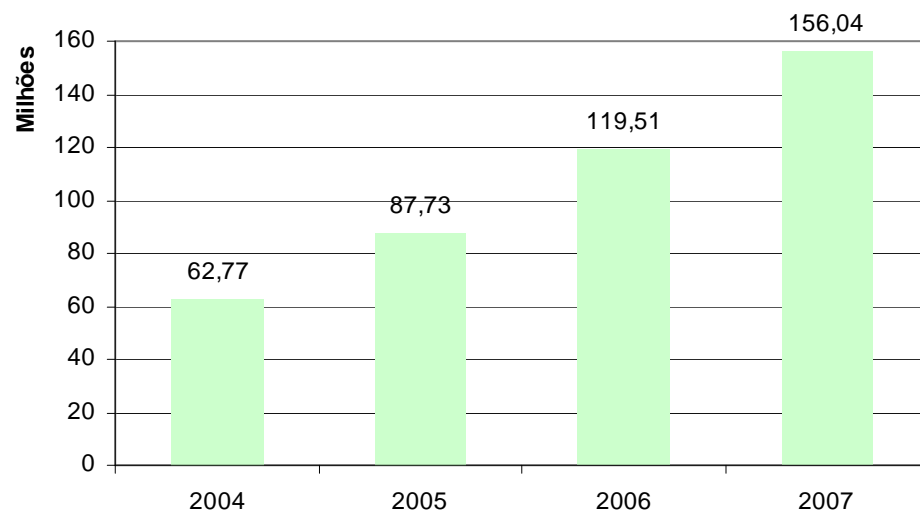
### 1.3.2.1.2. Receita ta de Contribuição

As receitas de contribuições são resultantes das instituições de contribuições sociais e tiveram um aumento de 30,82% em relação ao exercício anterior, as quais totalizam R\$ 156 milhões e participam com 4,40% do total das receitas arrecadadas,

As contribuições previdenciárias ultrapassaram a casa dos R\$ 84 milhões e são administradas pelo Fundo de Previdência do Estado vinculado ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, com a missão de “assegurar os direitos relativos à previdência, garantindo o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados, nos termos da lei”.

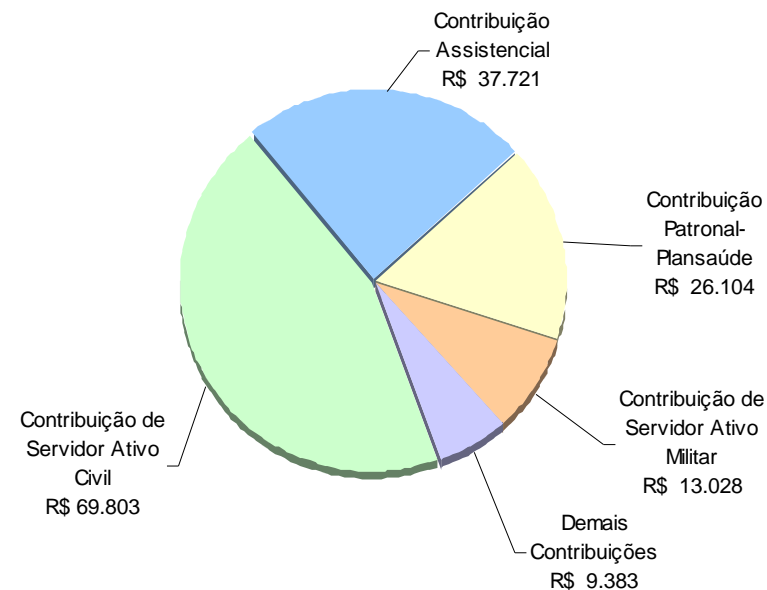
As demais contribuições sociais, a exemplo da contribuição assistencial, são administradas pelo Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins, o qual encontra-se vinculado à Secretaria da Administração, e totaliza R\$ 26 milhões.

**Gráfico 6 - Evolução da Receita de Contribuição**



**GRÁFICO 7 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO**

Valores em R\$ Mil



### 1.3.2.1.3. Receita Patrimonial

São receitas provenientes de rendimentos sobre a fruição do patrimônio que representam 5,63% da arrecadação geral do Estado e somaram R\$ 200 milhões, ou seja, um aumento de 66,59%. Diante disso, destacam-se as receitas oriundas de aplicação em Fundos de Investimentos em Renda Fixa (R\$ 85 milhões); Investimentos em Rendas Variáveis (R\$ 55 milhões) e Dividendos (R\$ 22 milhões).

### 1.3.2.1.4. Receita de Serviços

Referem-se às receitas oriundas da prestação de serviços que totalizaram R\$ 1.142 mil e obtiveram um aumento de 23,43%, com relação ao exercício anterior. As receitas referentes aos registros de comércios são responsáveis por quase a totalidade das Receitas de Serviços, no montante de R\$ 1.055 mil.

### 1.3.2.1.5. Transferências Correntes

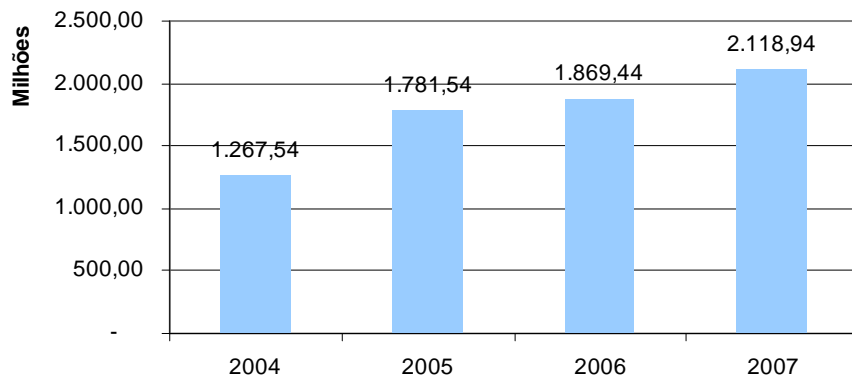
Originam-se dos valores provenientes de transferências de outros entes ou entidades. Determinam a maior composição da receita do Estado, no total de R\$ 2.118 milhões, o equivalente a 59,65% do total arrecadado.

No exercício de 2007 houve um incremento de R\$ 248 milhões, ou seja, 13,35% que corresponde a 8,40% superior ao aumento ocorrido de 2005 a 2006. Dentre as transferências correntes oriundas da União, ressalta-se o Fundo de Participação dos Estados - FPE, o qual totaliza 1.591 milhões, um aumento de 11,02% em relação ao exercício anterior. Na composição das Transferências Correntes, também são motivos de destaques as transferências relativas ao FUNDEB e as transferências legais do Fundo Nacional de Saúde que representam, respectivamente, 13,33% e 5,22%.

**TABELA 9 - COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	AV%
Cota Parte - FPE	1.591.898.474,93	75,13
Cota Parte - IPI	792.455,47	0,04
Cota Parte - CIDE	36.252.071,40	1,71
Cota Parte - IOF	1.895,51	0,00
Cota-Parte Comp. Fin. Recursos Hídricos	7.875.209,84	0,37
Cota-Parte Comp. Fin. Recursos Minerais	48.077,31	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo	5.039.436,10	0,24
Transf. Recursos Sist.Único – Sus/Repasse	110.630.490,66	5,22
Transf. Fundo Nac. Assist. Social – FNAS	300.269,09	0,01
Transferências do Salário Educação	5.440.057,69	0,26
Transferências Diretas do FNDE - PDDE	19.700,40	0,00
Outras Transferências Diretas do FNDE	6.606.584,00	0,31
Transferência Financeira do Icms Desoneração - LC 87/96	1.151.426,26	0,05
Cota-Parte INDESP	234.085,45	0,01
Auxílio Financeiro p/ Fomentar Exportadores	7.711.762,55	0,36
Transferências de Recursos do FUNDEB	282.472.282,57	13,33
Transferências de Instituições Privadas	36.376.485,00	1,72
Transferências do Exterior	40.473,00	0,00
Transf de Convênios da União e de suas Entidades	25.186.306,67	1,19
Transf de Conv dos Municípios e suas Entidades	69.900,80	0,00
Transf de Convênios de Instituições Privadas	794.776,37	0,04
<b>TOTAL</b>	<b>2.118.942.221,07</b>	<b>100,00</b>

GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



### 1.3.2.2. Composição da Receita de Capital

#### 1.3.2.2.1. Operações de Crédito

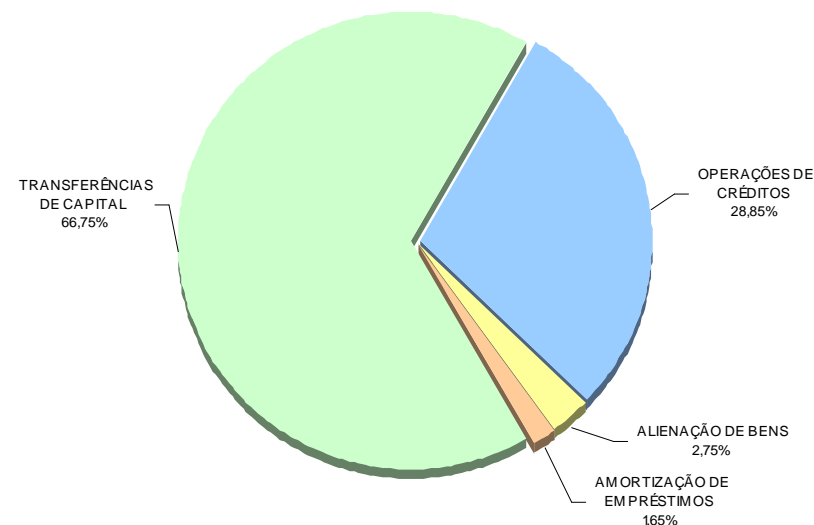
No exercício de 2006, o Governo do Estado do Tocantins realizou um empréstimo junto ao Banco Italiano MCC - Mediocrédito Centrale, destinado a financiar a 2ª etapa do projeto “Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento - Pontes Tocantins - Fase II”, a fim de viabilizar a construção de 70 pontes de concreto e 423 quilômetros de estradas asfaltadas. O ingresso de R\$ 72 milhões no exercício anterior e R\$ 117 milhões em 2007 totalizou R\$ 190 milhões, sendo sua aplicação vinculada à melhoria da infra-estrutura do Estado.

Destaca-se ainda o montante de R\$ 12 milhões, referente à contratação de crédito junto ao Banco Mundial, destinado à execução das obras do PDRS - Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável, que permitirá a melhoria e recuperação de mais de 5 mil quilômetros de estradas vicinais, com a construção de 9.000 bueiros e 600 pontes.

#### 1.3.2.1.6. Outras Receitas Correntes

Decorrem de multas, juros e cobranças da dívida ativa, com um aumento de 8,50% em relação ao exercício de 2006, apresenta-se relevante a cobrança referente a Dívida Ativa do ICMS, com um montante de R\$ 7 milhões, responsável por 23,66% do total das Outras Receitas Correntes.

GRÁFICO 9 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL





#### 1.3.2.2.2. Alienações de Bens

A arrecadação referente a alienação dos bens do Estado representa 0,35% do total das receitas arrecadadas. Nesta subcategoria econômica, sobressai a proveniente da alienação dos bens imóveis, no montante de R\$ 10 milhões.

#### 1.3.2.2.3. Amortização de Empréstimos

Refere-se aos recebimentos de empréstimos concedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, através do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social - FUNDES, vinculado ao Instituto Social Divino Espírito Santo - PRODIVINO, mediante a execução dos Programas: Assistência Financeira, Banco da Gente - Micro Crédito, PETI - (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Prodesa - (Programa de Desenvolvimento Sócio-econômico do Alvorada), Habitação Servidor Público, Mecanização Rural - Tratores, Programa Bicicletas, Banco da Gente - Empresas, Associações e Outros, e Banco da Gente - Taquari. No exercício de 2007, totalizou R\$ 7.481 mil.

#### 1.3.2.2.4. Transferências de Capital

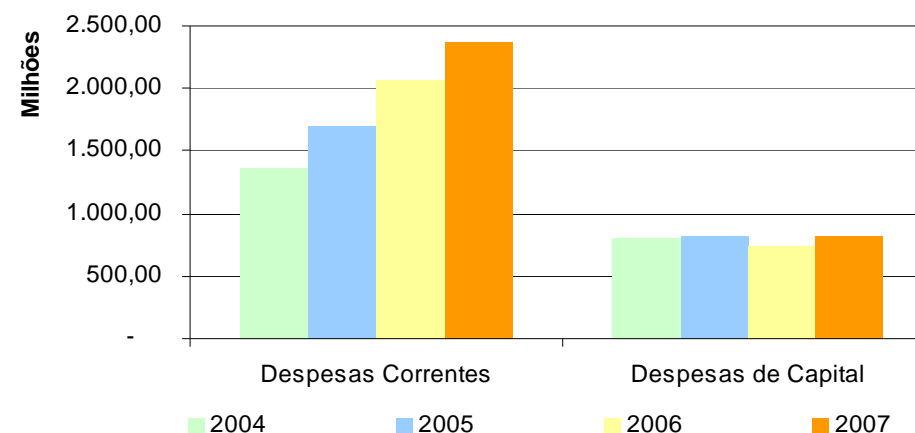
São os recursos provenientes de transferências de outros entes ou entidades, destinados à aplicação em despesas de capital, possuem a maior representatividade no grupo das Receitas de Capital com 8,53%, da qual houve um aumento de 44,05% em relação ao exercício de 2006.

### 1.3.3. Execução Orçamentária da Despesa

As despesas realizadas pela Administração Pública Estadual, na manutenção e no funcionamento da máquina administrativa e, em especial, na execução dos programas de governo, alcançaram o montante de R\$ 3.190.545.697,02.

TABELA 10 - FIXAÇÃO/EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				
CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		% Real.	% Part.
	Créditos Autorizados	Valor Empenhado		
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.614.132.774,00</b>	<b>2.376.378.284,49</b>	90,91	74,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.385.560.467,00	1.292.156.715,18	93,26	40,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	31.407.826,00	30.907.802,76	98,41	0,97
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.197.164.481,00	1.053.313.766,55	87,98	33,01
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.148.670.881,00</b>	<b>814.167.412,53</b>	70,88	25,52
INVESTIMENTOS	1.004.553.338,00	688.841.209,89	68,57	21,59
INVERSÕES FINANCEIRAS	50.105.138,00	31.361.567,16	62,59	0,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	94.012.405,00	93.964.635,48	99,95	2,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	227.058.029,00	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.989.861.684,00</b>	<b>3.190.545.697,02</b>	<b>79,97</b>	<b>100,00</b>

GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA



#### 1.3.3.1. Despesas Correntes

São as despesas responsáveis pela manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, nela incluídas os gastos com pessoal e encargos sociais, os juros e encargos da dívida interna e externa e ainda as outras despesas correntes, em resumo, são as despesas de custeio em geral, totalizam R\$ 2.376 milhões e constituem 74,48% da despesa total.

O grupo Pessoal e Encargos Sociais representa 40,50% do total da despesa realizada pelo Estado, o qual apresenta uma redução do percentual de participação desta despesa em relação ao montante realizado de 2,3%, tendo como referência o exercício de 2006, conforme demonstrado na Tabela 11.

Os juros e encargos da dívida interna e externa no montante de R\$ 30 milhões representam 0,97%, enquanto o grupo Outras Despesas Correntes equivale a 33,01% do valor da despesa realizada.

TABELA 11 - DESPESA CORRENTE REALIZADA, POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO, NOS ÚLTIMOS QUATRO EXERCÍCIOS

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.365.567.867,52</b>	<b>62,82</b>	<b>1.693.028.419,79</b>	<b>67,56</b>	<b>2.073.167.791,49</b>	<b>73,82</b>	<b>2.376.378.284,49</b>	<b>74,48</b>
Pessoal e Encargos Sociais	798.927.951,31	36,75	895.040.305,81	35,72	1.201.953.663,12	42,80	1.292.156.715,18	40,50
Juros e Enc. da Dívida Interna e Externa	34.891.997,66	1,61	319.159.84,54	1,27	27.166.149,82	0,97	30.907.802,76	0,97
Outras Despesas Correntes	531.747.918,55	24,46	766.072.129,44	30,57	844.047.978,55	30,05	1.053.313.766,55	33,01
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>808.213.414,67</b>	<b>37,18</b>	<b>812.847.350,33</b>	<b>32,44</b>	<b>735.299.013,49</b>	<b>26,18</b>	<b>814.167.412,53</b>	<b>25,52</b>
Investimentos	685.531.645,58	31,54	697.354.062,77	27,83	622.403.853,52	22,16	688.841.209,89	21,59
Inversões Financeiras	13.554.203,58	0,62	21.582.301,41	0,86	21.900.207,30	0,78	31.361.567,16	0,98
Amortização da Dívida	109.127.565,51	5,02	93.910.986,15	3,75	90.994.952,67	3,24	93.964.635,48	2,95
<b>TOTAL</b>	<b>2.173.781.282,19</b>	<b>100,00</b>	<b>2.505.875.770,12</b>	<b>100,00</b>	<b>2.808.466.804,98</b>	<b>100,00</b>	<b>3.190.545.697,02</b>	<b>100,00</b>

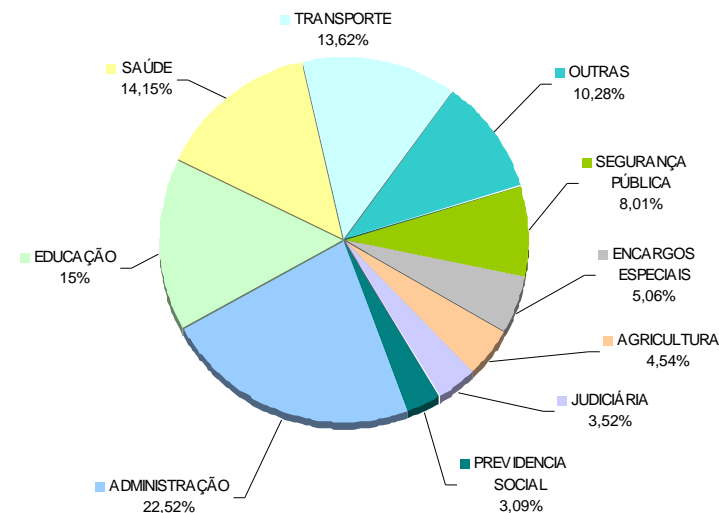
A Tabela 11, demonstra a evolução da despesa realizada por categoria econômica e grupo de despesa, nos últimos quatro exercícios, onde se pode constatar que as Despesas Correntes tiveram um aumento de apenas 0,66%.

### 1.3.3.2. Despesas de Capital

Despesas das quais resultam na aquisição ou construção de bens, concessão de empréstimos, aquisição de títulos de empresas e amortização da dívida. As despesas de capital classificadas como Investimentos são aquelas que contribuem para o acréscimo do PIB - Produto Interno Bruto, por exemplo, a construção de um hospital, enquanto que as despesas classificadas como Inversões Financeiras, são aquelas que não agregam valor ao PIB, ou seja, a aquisição de um hospital já construído.

As despesas com Investimentos constituem 21,59 % do montante da despesa realizada no exercício de 2007, no total de R\$ 688 milhões, enquanto que as Inversões Financeiras representam 0,98% e a Amortização da Dívida 2,95%.

GRÁFICO 11 - DESPESA POR FUNÇÃO

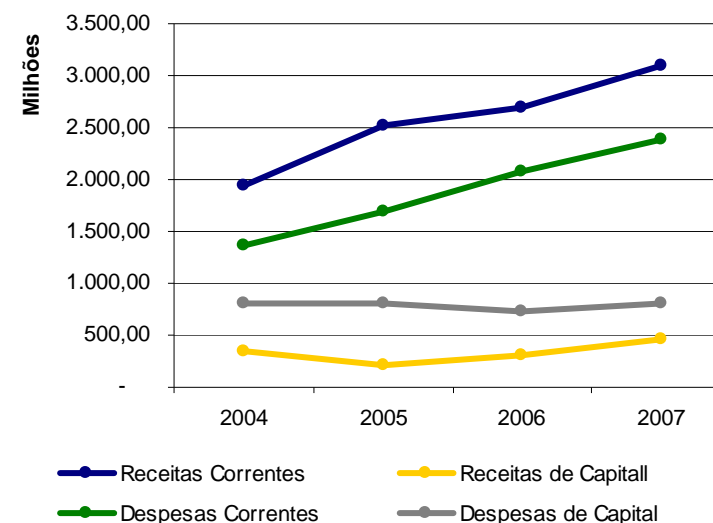


### 1.3.3.3. Despesas por Função

As funções que tiveram um aumento significativo em sua execução, foram as seguintes: Gestão Ambiental 122,43%; Agricultura 95,56%; Ciência e Tecnologia 84,21% e Comunicações 51,66%. No exercício de 2007, o Estado do Tocantins priorizou as funções: Administração R\$ 737 milhões (22,52%); Educação R\$ 498 milhões (15,22%); Saúde R\$ 463 milhões (14,15%) e Transporte R\$ 445 milhões (13,62%), que juntas representam 65,5% da despesa realizada.

TABELA 12 - REALIZAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO, NOS ÚLTIMOS QUATRO EXERCÍCIOS								
FUNÇÕES	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
Legislativa	54.278.997,81	2,50	63.022.771,12	2,51	71.837.192,38	2,56	81.442.561,53	2,49
Judiciária	63.034.326,69	2,90	71.988.695,74	2,87	102.532.739,52	3,65	115.381.375,54	3,52
Essencial à Justiça	30.342.144,81	1,40	37.638.734,69	1,50	50.715.037,66	1,81	62.755.146,85	1,92
Administração	431.215.686,61	19,84	541.234.438,11	21,60	656.535.075,18	23,38	737.070.667,85	22,52
Segurança Pública	145.033.114,11	6,67	166.800.496,65	6,66	217.199.259,64	7,73	262.209.568,04	8,01
Assistência Social	24.763.006,87	1,14	37.009.096,74	1,48	51.475.361,52	1,83	51.885.368,68	1,58
Previdência Social	23.522.307,04	1,08	80.254.189,34	3,20	88.410.419,92	3,15	101.013.186,52	3,09
Saúde	231.670.004,46	10,66	334.928.449,20	13,37	389.093.097,22	13,85	463.177.576,41	14,15
Trabalho	3.292.122,06	0,15	2.349.028,43	0,09	2.350.996,78	0,08	3.063.934,14	0,09
Educação	357.840.913,15	16,46	397.940.245,74	15,88	426.017.485,03	15,17	498.126.928,02	15,22
Cultura	4.586.984,75	0,21	9.975.563,22	0,40	17.555.257,84	0,63	11.319.798,80	0,35
Direitos da Cidadania	364.933,82	0,02	1.140.788,60	0,05	2.806.367,14	0,10	1.198.344,07	0,04
Urbanismo	7.724.900,09	0,36	13.553.951,56	0,54	23.642.968,79	0,84	11.964.195,29	0,37
Habituação	10.516.781,82	0,48	8.778.298,73	0,35	13.523.687,24	0,48	4.672.826,89	0,14
Saneamento	13.561.399,14	0,62	10.503.326,31	0,42	6.888.450,39	0,25	4.209.520,28	0,13
Gestão ambiental	5.135.977,15	0,24	8.998.602,31	0,36	5.931.946,19	0,21	13.194.273,56	0,40
Ciência e Tecnologia	794.415,63	0,04	8.257.869,67	0,33	13.712.114,83	0,49	25.258.966,44	0,77
Agricultura	64.529.691,54	2,97	76.101.515,84	3,04	75.928.500,28	2,70	148.486.554,42	4,54
Organização Agrária	684.685,50	0,03	2.943.935,70	0,12	1.969.326,29	0,07	2.404.339,16	0,07
Indústria	943.081,89	0,04	1.070.706,57	0,04	1.440.280,97	0,05	1.307.071,01	0,04
Comércio e Serviços	816.661,16	0,04	5.881.038,58	0,23	3.466.911,29	0,12	3.926.063,04	0,12
Comunicações	28.067.009,09	1,29	30.874.456,39	1,23	29.448.555,86	1,05	44.660.979,24	1,36
Energia	11.638.442,91	0,54	5.488.765,23	0,22	8.431.556,27	0,30	1.782.682,84	0,05
Transporte	509.982.147,64	23,46	458.347.578,61	18,29	410.443.738,94	14,61	445.879.056,42	13,62
Desporto e Lazer	5.421.983,28	0,25	4.966.256,35	0,20	18.949.375,32	0,67	11.507.244,63	0,35
Encargos Especiais	144.019.563,17	6,63	125.826.970,69	5,02	118.161.102,49	4,21	165.685.322,35	5,06
<b>TOTAL</b>	<b>2.173.781.282,19</b>	<b>100,00</b>	<b>2.505.875.770,12</b>	<b>100,00</b>	<b>2.808.466.804,98</b>	<b>100,00</b>	<b>3.273.583.552,02</b>	<b>100</b>

GRÁFICO 12 – RECEITAS X DESPESAS



O gráfico 12 evidencia as Receitas Correntes/Capital e as Despesas Correntes/Capital ao longo dos últimos quatro anos, permitindo observar a ascensão da arrecadação das receitas correntes, as quais são suficientes para custear as despesas correntes e ainda realizar investimentos. Em resumo, demonstra a responsabilidade do Estado em arrecadar mais do que gasta, mantendo o equilíbrio entre as receitas e despesas.

## 1.4. GESTÃO FINANCEIRA

### 1.4.1. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, nos moldes da legislação, visa demonstrar as receitas e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Demonstra a movimentação financeira ocorrida no exercício e divide-se basicamente em: Operações Orçamentárias de Receitas e Despesas e as Operações Extra-Orçamentárias e ainda o saldo do exercício inicial e final.

TABELA 13 - BALANÇO FINANCEIRO					
RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	R\$	R\$	TÍTULOS	R\$	R\$
Orçamentárias		3.635.534.121	Orçamentárias		3.273.583.552
Receitas Correntes	3.098.305.754		Despesas Correntes	2.376.378.284	
Receitas de Capital	454.190.512		Despesas de Capital	814.167.413	
Intra - Orçamentárias	83.037.855		Intra - Orçamentárias	83.037.855	
Extra - Orçamentárias		4.241.921.352	Extra - Orçamentárias		4.263.366.229
Inscrição da Dívida Flutuante	3.955.833.591		Pagamento da Dívida Flutuante	3.972.187.704	
Recebimento de Valores Realizáveis	280.219.495		Inscrição de Valores Realizáveis	274.178.525	
Valores Pendentes a Curto Prazo	241.487		Valores Pendentes a Curto Prazo	-	
Variação Cambial	3.196		Variação Cambial	-	
Ajustes de Créditos	189.581		Ajustes de Créditos	-	
Reversão de Provisões para Perdas	5.434.003		Provisões para Perdas	17.000.000	
Saldo do Período Anterior		1.078.645.486	Saldo para o Exercício Seguinte		1.419.151.179
Disponível	189.264.874		Disponível	263.620.370	
Agentes Arrecadadores	428.881		Agentes Arrecadadores	788.953	
Recursos a Receber	151.558.748		Recursos a Receber	185.733.657	
Investimentos dos Rec. RPPS	705.018.500		Investimentos dos Rec. RPPS	969.008.199	
Realizável a Longo Prazo	32.374.483				
<b>TOTAL</b>		<b>8.956.100.960</b>	<b>TOTAL</b>		<b>8.956.100.960</b>

#### 1.4.2. Fluxo Financeiro

Conforme evidenciado no Fluxo Financeiro - Tabela 15, o saldo inicial de R\$ 1.078 milhões, o qual foi adicionado o montante de R\$ 3.552 milhões como receita orçamentária, deduzidos os valores referentes às saídas orçamentárias de R\$ 3.190 milhões e o resultado negativo das Movimentações Extra-Orçamentárias de R\$ 21 milhões, gerou o saldo disponível para exercício de 2008 de R\$ 1.419 milhões. Dessa forma constata-se que o Resultado Financeiro do Exercício é positivo em R\$ 340 milhões.

Conforme a Tabela 14, os resultados são positivos nos últimos anos, com destaque para o exercício de 2007 no qual o Superávit Financeiro elevou-se em 141,10%, em relação a 2006.

TABELA 14 - EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS QUATRO EXERCÍCIOS DO RESULTADO FINANCEIRO				
ESPECIFICAÇÃO	2004	2005	2006	2007
Receita Orçamentária	2.297.362.204,40	2.730.026.569,37	3.003.901.603,04	3.635.534.121,39
(-) Despesa Orçamentária	2.173.781.282,19	2.505.875.770,12	2.808.466.804,98	3.273.583.552,02
(+/-) Movimentação Extra-Orçamentária	15.533.291,05	56.414.349,52	(54.204.201,96)	(21.444.876,22)
<b>(=) Superávit Financeiro</b>	<b>139.114.213,26</b>	<b>280.565.148,77</b>	<b>141.230.596,10</b>	<b>340.505.693,15</b>

Dos valores disponíveis para o exercício de 2008, os grupos que possuem maior participação são os investimentos realizados pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS no valor de R\$ 969 milhões (68,28%), em seguida os saldos presentes nas contas correntes das instituições financeiras no valor de R\$ 216 milhões (15,25%) e ainda, os Recursos a Receber decorrentes dos Convênios realizados durante o exercício de 2007, no montante de R\$ 185 milhões (13,09%).

**TABELA 15 - DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO**

#### Saldo Anterior

<b>Disponível Inicial</b>	<b>1.078.645.485,97</b>
Bancos	153.563.264,01
Aplicações Financeiras	13.689.884,75
Poupanças	22.011.724,95
Agentes Arrecadores	428.881,34
Recursos a Receber	151.558.748,06
Investimentos do RPPS	705.018.499,66
Realizável a Longo Prazo	32.374.483,20

#### **(+) Receitas Orçamentárias 3.552.496.266,39**

Receitas Correntes	3.098.305.753,92
Receitas de Capital	454.190.512,47

#### **( - ) Despesas Orçamentárias 3.190.545.697,02**

Despesas Correntes	2.376.378.284,49
Despesas de Capital	814.167.412,53

#### **(+/-) Movimentação Extra-Orçamentária (21.444.876,22)**

#### Saldo para Exercício Seguinte

<b>Disponível</b>	<b>1.419.151.179,12</b>
Bancos	216.419.027,27
Aplicações Financeiras	17.698.852,22
Poupanças	29.502.490,70
Agentes Arrecadores	788.953,18
Recursos a Receber	185.733.656,61
Investimentos do RPPS	969.008.199,14

## 1.5. GESTÃO PATRIMONIAL

### 1.5.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração que evidencia em um determinado momento a situação estática do patrimônio, constituído de bens, direitos e obrigações e também os bens, valores, obrigações e situações que não estão compreendidas no patrimônio, mas que possam vir a afetá-lo. É dividido em Ativo e Passivo, sendo o primeiro dividido em Ativo Financeiro e Ativo Permanente enquanto o segundo é composto por Passivo Financeiro e Passivo Permanente. No ativo são registrados os bens e direitos enquanto no Passivo registram-se as obrigações.

TABELA 16 - BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O	2006	2007	AV%	AH%	P A S S I V O	2006	2007	AV%	AH%
	R\$ mil	R\$ mil				R\$ mil	R\$ mil		
ATIVO FINANCEIRO	1.088.287.698	1.422.748.079	40,22	30,73	PASSIVO FINANCEIRO	81.776.867	62.419.470	3,95	(23,67)
Disponível	189.264.874	263.620.370	7,45	39,29	Dívida Flutuante	81.080.629	61.481.744	3,89	(24,17)
Agentes Arrecadores	428.881	788.953	0,02	83,96	Valores Pendentes a Curto Prazo	696.238	937.726	0,06	34,68
Recursos a Receber	151.558.748	185.733.657	5,25	22,55					
Investimentos dos Recursos do RPPS	705.018.500	969.008.199	27,39	37,44					
Realizável a Longo Prazo	32.374.483	-		(100,00)					
Realizável	9.642.212	3.596.899	0,10	(62,70)					
ATIVO PERMANENTE	1.504.411.109	2.114.750.510	59,78	40,57	PASSIVO PERMANENTE	643.072.910	1.516.404.046	96,05	135,81
Bens do Estado	734.055.142	941.176.496	26,61	28,22	Dívida Fundada	643.072.910	634.846.514	40,21	(1,28)
Créditos do Estado	419.114.255	610.386.769	17,25	45,64	Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	856.708.184	54,26	
Empréstimos Concedidos	62.262.216	78.396.413	2,22	25,91	Precatórios do Exercício	-	24.849.348	1,57	
Valores do Estado	288.979.497	484.790.832	13,70	67,76					
SOMA DO ATIVO REAL	2.592.698.807	3.537.498.588	100,00	36,44	SOMA DO PASSIVO REAL	724.849.777	1.578.823.516	100,00	117,81
SALDO PATRIMONIAL					SALDO PATRIMONIAL	1.867.849.030	1.958.675.072		4,86
Passivo Real a Descoberto					Ativo Real Líquido	1.867.849.030	1.958.675.072		4,86
TOTAL DO ATIVO PATRIMONIAL	2.592.698.807	3.537.498.588		36,44	TOTAL DO PASSIVO PATRIMONIAL	2.592.698.807	3.537.498.588		36,44
COMPENSAÇÕES ATIVAS	1.565.844.740	1.706.132.342		8,96	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	1.565.844.740	1.706.132.342		8,96
Bens e/ou Valores em Poder de Terceiros	1.173.703.622	1.170.824.727		(0,25)	Contr. Bens e/ou Val.em Poder de Terceiros	1.173.703.622	1.170.824.727		(0,25)
Bens e/ou Valores de Terceiros	392.141.119	535.307.616		36,51	Contr. Bens e/ou Valores de Terceiros	392.141.119	535.307.616		36,51
<b>T O T A L</b>	<b>4.158.543.548</b>	<b>5.243.630.931</b>		<b>26,09</b>	<b>T O T A L</b>	<b>4.158.543.548</b>	<b>5.243.630.931</b>		<b>26,09</b>

#### 1.5.1.1. Ativo Financeiro

Compreende os créditos e os valores realizáveis que independem de autorização orçamentária e os numerários, com um montante de R\$ 1.422 milhões que representa 40,22% do Ativo Real. No Ativo Financeiro as Disponibilidades representam 7,45% do Ativo Financeiro, Agentes Arrecadores (0,02%), Recursos a Receber (5,25%), Investimentos dos Recursos do RPPS (27,39%) e o Realizável (0,10%). Cabe ressaltar nesse grupo o aumento de 39,29% do Disponível e 37,44% dos Investimentos dos Recursos do RPPS.

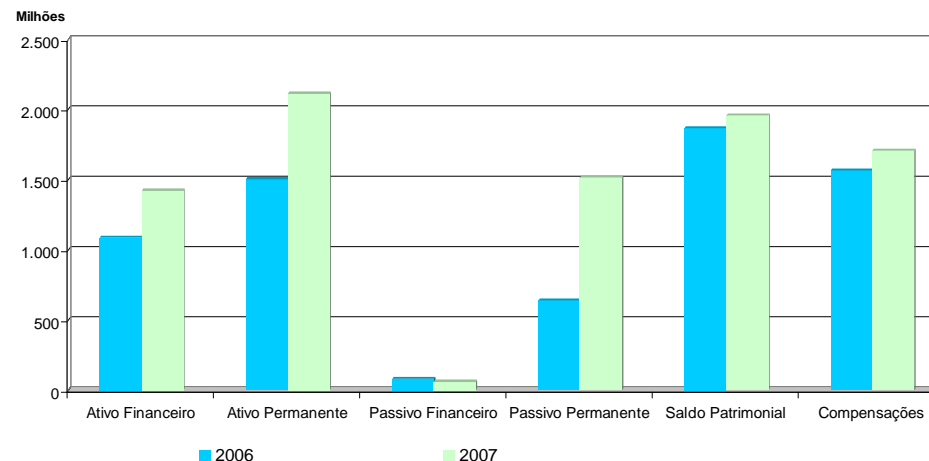
#### 1.5.1.2. Ativo Permanente

É composto por bens e direitos, cuja alienação, aquisição e recebimento dos créditos, dependam de autorização legislativa, com um montante de R\$ 2.114 milhões e representatividade de 59,78% do Ativo Real. Os grupos Bens do Estado representam 26,61% do Ativo Permanente, Créditos do Estado, ou seja, a Dívida Ativa (17,25%), Empréstimos Concedidos (2,22%) e Valores do Estado, no qual está contido o Almojarifado e a Participação no Capital de Empresas (13,70%). O grupo Valores do Estado obteve um aumento significativo de 67,76%, em razão da aplicação do método de equivalência patrimonial na avaliação dos investimentos nas empresas as quais o Estado possui participação, atendendo os preceitos legais.

#### 1.5.1.3. Passivo Financeiro

Refere-se aos compromissos exigíveis cujo pagamento independe de autorização orçamentária, no montante de R\$ 62 milhões que representa 3,95% do Passivo Real e uma redução de 23,67% com relação ao exercício anterior.

GRÁFICO 13 – EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO ESTADO





#### 1.5.1.4. Passivo Permanente

Trata-se das obrigações que dependam de autorização orçamentária para a realização da liquidação ou pagamento, no total de R\$ 1.516 milhões equivalente a 96,05% do Passivo Real. Tal aumento justifica-se devido à contabilização das Provisões Matemáticas Previdenciárias, relativas à Avaliação Atuarial no valor de R\$ 856 milhões, conforme determina a legislação vigente e ainda os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Na Tabela 17 é demonstrada a movimentação da Dívida Fundada, com destaque para redução de 1,28% da mesma, enquanto na Tabela 18 é evidenciado o registro dos Precatórios do Exercício.

**TABELA 17 - MOVIMENTAÇÃO DÍVIDA FUNDADA**

Saldo Anterior	643.072.910,05
(+) Inscrições	153.368.797,68
(-) Atualização Monetária	(65.354.184,15)
(-) Cancelamento	3.657,34
(-) Amortização	96.237.352,66
<b>(=) Saldo Final</b>	<b>634.846.513,58</b>

**TABELA 18 - MOVIMENTAÇÃO DOS PRECATÓRIOS**

Saldo Anterior	2.276.374,52
(+) Total Inscrições	29.977.958,00
(-) Liquidação/Pagamento	4.238.279,67
(-) Cancelamentos	446.436,86
<b>(=) Saldo Final</b>	<b>27.569.615,99</b>

#### 1.5.1.5. Superávit Financeiro

Com base no balanço patrimonial o resultado entre o ativo e passivo financeiro foi Superavitário em R\$ 1.360 milhões, um aumento de 35,15% se comparado ao do exercício anterior, o qual demonstra a capacidade do Estado de honrar seus compromissos.

#### 1.5.1.6. Saldo Patrimonial

É apurado pelo Resultado entre o Ativo e o Passivo da Entidade, deste obtém-se a Situação Patrimonial, assim totalizou R\$ 1.900 milhões, de Ativo Real Líquido, um aumento de 4,86% face ao resultado anterior.

### 1.5.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e ainda indica o resultado patrimonial do exercício. É constituída em duas seções: Variações Ativas que resultam no aumento do patrimônio público e as Variações Passivas que resultam em sua diminuição. Em 2007, o resultado do exercício foi um superávit no valor de R\$ 90 milhões.

**TABELA 19 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

VARIAÇÕES ATIVAS	R\$ Mil	R\$ Mil	VARIAÇÕES PASSIVAS	R\$ Mil	R\$ Mil
Resultante de Execução Orçamentária		4.007.291.067,94	Resultante de Execução Orçamentária		3.421.356.995,67
Receita Orçamentária	3.635.534.121,39		Despesa Orçamentária	3.273.583.552,02	
Mutações das Despesas	371.756.946,55		Mutações das Receitas	147.773.443,65	
Independentes da Execução Orçamentária		544.819.953,68	Independentes da Execução Orçamentária		1.039.927.983,58
Superveniências Ativas	255.910.414,64		Superveniências Passivas	956.392.084,78	
Insubsistências do Passivo	288.909.539,04		Insubsistências do Ativo	83.535.898,80	
Total das Variações Ativas		4.552.111.021,62	Total das Variações Passivas		4.461.284.979,25
			Resultado Patrimonial do Exercício		
			Superávit Verificado		90.826.042,37
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>4.552.111.021,62</b>	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>4.552.111.021,62</b>

## 1.6. GESTÃO FISCAL

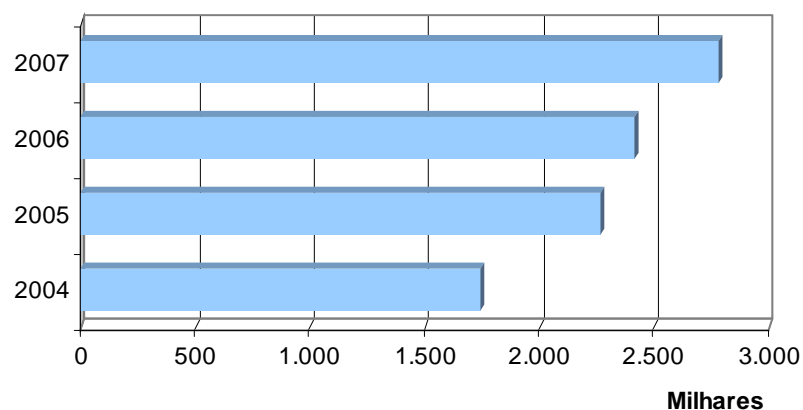
A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, concerne às normas de finanças, estabelecendo limites os quais visam a responsabilidade na gestão fiscal, bem como define alguns conceitos.

### 1.6.1. Receita Corrente Líquida

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 2º, define Receita Corrente Líquida - RCL, a qual serve como base para apuração dos limites com: Despesa Total com Pessoal, Dívida Pública, Operações de Créditos e Garantias e Contragarantias.

TABELA 20 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			
	2006	2007	AH%
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>2.993.016.010,82</b>	<b>3.464.919.099,47</b>	<b>15,77</b>
Receita Tributária	855.104.144,79	958.137.001,20	12,05
Receita de Contribuições	119.303.384,60	156.037.316,84	30,79
Receita Patrimonial	120.116.486,18	200.099.971,54	66,59
Receita de Serviços	925.415,62	1.142.198,91	23,43
Transferências Correntes	1.869.437.775,64	2.118.942.221,07	13,35
Outras Receitas Correntes	28.128.803,99	30.560.389,91	8,64
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>(576.595.114,19)</b>	<b>(683.469.643,43)</b>	<b>18,54</b>
Transferências Constitucionais e legais	(208.374.272,39)	(231.867.524,95)	11,27
Contrib. Plano Seg.Social Servidor	(71.381.471,91)	(84.740.830,16)	18,72
Comp.Financ. entre Regimes de Previd.	(256.870,63)	(247.942,77)	-3,48
Dedução de Rec. P/ Formação do FUNDEB	(296.582.499,26)	(366.613.345,55)	23,61
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>2.416.420.896,63</b>	<b>2.781.449.456,04</b>	<b>15,11</b>

GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DA RECETA CORRENTE LÍQUIDA



A Tabela 20, demonstra, de forma simplificada, o cálculo da Receita Corrente Líquida referente ao exercício de 2007, ressalta-se que a RCL obteve um aumento de 15,11% em relação ao exercício anterior.

### 1.6.2. Despesas com Pessoal e Encargos

Para o controle dos gastos dos Estados, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que o total das despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, não poderá exceder 60% da RCL.

A Tabela 21 evidencia o cálculo da despesa total com Pessoal do Estado do Tocantins, o qual atingiu apenas 49,38% da Receita Corrente Líquida, 7,62% abaixo do limite prudencial estabelecido pelo parágrafo único do art.22 da LRF de 57,00% da RCL.

TABELA 21 - RELAÇÃO (%) GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOBRE RECEITA A CORRENTE LÍQUIDA

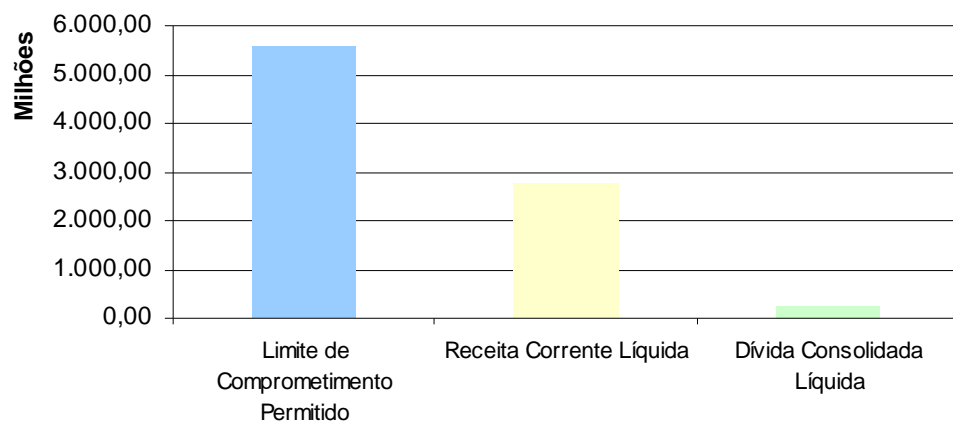
PODER/ÓRGÃO	LIMITE	APURADO		
		2005	2006	2007
Poder Executivo	49,00	34,53	44,7	42,55
Poder Legislativo	3,00	2,26	2,53	2,25
Poder Judiciário	6,00	2,26	3,37	2,97
Ministério Público	2,00	1,31	1,79	1,61
<b>TOTAL</b>	<b>60,00</b>	<b>40,36</b>	<b>52,39</b>	<b>49,38</b>

### 1.6.3. Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, inclusive as operações de créditos com prazo inferior, cujas receitas tenham constado no orçamento, conforme o art. 29 da LRF.

Para todos os fins, o conceito de endividamento utilizado na apuração dos respectivos limites, com base na receita corrente líquida, deverá ser o da Dívida Consolidada Líquida, sendo que os limites são os estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, em seu art. 3º, Inciso I, ou seja, até 2 (duas) vezes o valor da Receita Corrente Líquida.

GRÁFICO 15 - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO DO ESTADO



A Tabela 22 demonstra o cumprimento com folga pelo Estado do Tocantins em relação ao limite de endividamento.

TABELA 22 - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO DO ESTADO		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% PERCENTUAL
Receita Corrente Líquida	2.781.449.456,04	100,00
Limite de Comprometimento Permitido	5.562.898.912,08	200,00
Dívida Consolidada Líquida	235.458.960,66	8,47

Outro limite quanto à dívida consolidada é o disposto no art. 7º, inciso II da Resolução nº 43 do Senado Federal em que determina que o limite de comprometimento com pagamento de amortização, juros e demais encargos da dívida consolidada é de 11,5% da Receita Corrente Líquida, sendo que o Estado do Tocantins teve de despesas com o serviço da dívida de R\$ 124.872.438,24, comprometendo somente 4,49% da RCL.

#### 1.6.4. Garantias e Contragarantias de Valores

Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observado o disposto na LRF e nas Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43, de 2001, e nº 96, de 1989, e suas alterações posteriores.

O saldo global das garantias concedidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da Receita Corrente Líquida. Pode-se observar na Tabela 23 o cumprimento por parte do Estado do Tocantins em relação a este limite.

TABELA 23 - LIMITE DAS GARANTIAS CONCEDIDAS		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% PERCENTUAL
Receita Corrente Líquida	2.781.449.456,04	100,00
Limite de Garantia Permitido	611.918.880,33	22,00
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS	8.773.707,62	0,32

### 1.6.5. Operações de Crédito

Corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, salvo se autorizado mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, conforme o inciso III do art. 167 da Constituição Federal.

TABELA 24 - LIMITE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% PERCENTUAL
Receita Corrente Líquida	2.781.449.456,04	100,00
Limite de Operações de Crédito Permitido	445.031.912,97	16,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	131.044.401,41	4,71

O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro, exceto as operações de crédito por antecipação de receita, não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da Receita Corrente Líquida. Limite este cumprido pelo Estado, conforme demonstrado na Tabela 24.

### 1.6.6. Disponibilidade de Caixa

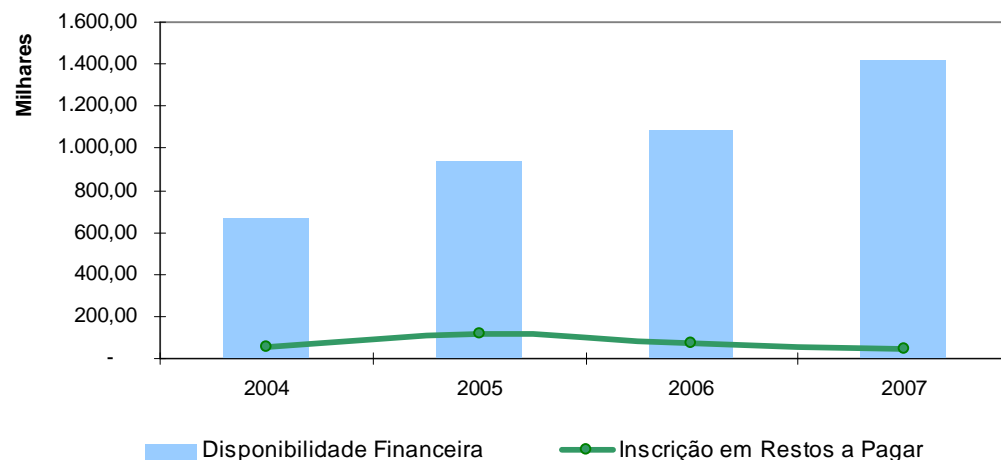
Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 42, veda ao titular de Poder ou Órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Contudo, mesmo não sendo final de mandato, o Estado do Tocantins vem cumprindo o disposto neste artigo, conforme demonstrado na Tabela 25.

TABELA 25 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA X INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR - LRF, art. 42

ANO	Disponibilidade Financeira	Inscrição em Restos a Pagar	%
2004	664.723	55.871	8,41
2005	942.913	118.267	12,54
2006	1.088.086	73.353	6,74
2007	1.422.748	47.192	3,32

GRÁFICO 16 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA X INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR



Cabe ressaltar que na inscrição em restos a pagar, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender o objeto de sua vinculação, conforme preceitua o art. 8º parágrafo único da LRF.

### 1.6.7. Resultado Nominal

O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. O resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até 31/12/07 e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior.

Portanto, a meta de resultado nominal do Estado do Tocantins prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária nº 1.731, de 24 de outubro de 2006 foi de R\$ 248.293.000,00 e o resultado atingido foi de R\$ -72.684.802,77, ou seja, cumpriu a meta com uma folga de R\$ 320.977.802,77.

TABELA 26 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RESULTADO NOMINAL			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 dez 2006	Em 31 out 2007	Em 31 dez 2007
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	643.072.910,05	529.972.884,41	634.706.236,47
DEDUÇÕES (II)	334.929.146,62	339.559.858,05	399.247.275,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	308.143.763,43	190.413.026,36	235.458.960,66
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI) = (III + IV - V)</b>	<b>308.143.763,43</b>	<b>190.413.026,36</b>	<b>235.458.960,66</b>
		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre	Em 31 dez 2007
		(c - b)	(c-a)
<b>RESULTADO NOMINAL</b>		<b>45.045.934,30</b>	<b>(72.684.802,77)</b>
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>		<b>VALOR CORRENTE</b>	
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO</b>		<b>248.293.000,00</b>	

### 1.6.8. Resultado Primário

O Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias. Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Superávits Primários são direcionados para o pagamento de serviço da dívida, contribuindo para a redução do estoque total da dívida líquida.

Em outras palavras o resultado primário permite avaliar se o nível de gastos do Ente está compatível com sua arrecadação.

Portanto, a meta de resultado primário do Estado do Tocantins prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária nº 1.731, de 24 de outubro de 2006 foi de R\$ 1.838.000,00 e o resultado atingido pelo foi um superávit primário de R\$ 182.123.113,66.

<b>TABELA 27 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RESULTADO PRIMÁRIO</b>	
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS</b>	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	3.003.849.624,92
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II)	303.189.196,45
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (III = I+II)</b>	<b>3.307.038.821,37</b>
<b>DESPESAS</b>	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV)	2.428.508.336,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (V)	696.407.370,98
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VI = IV+V)</b>	<b>3.124.915.707,71</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (VII = (III-VI))</b>	<b>182.123.113,66</b>



## 1.7. LIMITES CONSTITUCIONAIS

### 1.7.1. Aplicação na Saúde

A aplicação de recursos mínimos nas ações e serviços de saúde é determinada no art. 77, da Emenda Constitucional nº. 29. No exercício de 2007, o Governo do Estado do Tocantins aplicou em saúde R\$ 342,5 milhões, ou seja, 14,91% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, superando o limite legal em 2,91%, ou seja, R\$ 66,7 milhões.

**TABELA 28 - APLICAÇÃO NA SAÚDE NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS**

PERÍODO	APLICAÇÃO MÍNIMA	DESPESA REALIZADA	%*
2004	185.946	186.037	12,01
2005	234.140	235.576	12,05
2006	249.215	280.645	13,51
2007	275.683	342.459	14,91

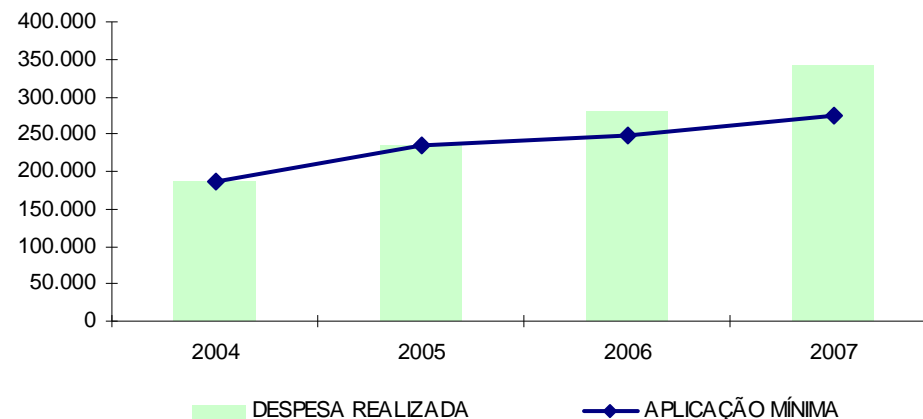
Em R\$ Mil

\* Percentual sobre a Receita Líquida de impostos e transferências constitucionais e legais.

### 1.7.2. Aplicação na Educação

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 212, assegurou, em seus diferentes níveis, patamares mínimos de investimentos públicos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, sendo que, no caso dos estados, é de 25% da receita resultante de impostos. O Governo do Estado do Tocantins, em cumprimento a este dispositivo constitucional, aplicou R\$ 576.428 mil, correspondendo a 25,09%.

**GRÁFICO 17 - APLICAÇÃO NA SAÚDE NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS**



**TABELA 29 - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS**

PERÍODO	APLICAÇÃO MÍNIMA	DESPESA REALIZADA	%*
2004	387.388	405.647	26,18
2005	487.791	488.519	25,04
2006	519.197	521.075	25,09
2007	574.340	576.428	25,09

Em R\$ Mil

\* Percentual sobre a receita resultante de impostos.

A Tabela 27 evidencia a aplicação dos recursos na educação nos últimos quatro anos, juntamente com a aplicação mínima em cada exercício.

Outro investimento estadual na educação, diz respeito ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, que foi instituído pela Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

A maior inovação deste Fundo consiste na mudança de estrutura de financiamento do Ensino Básico, subvinculando ao mesmo uma parcela dos recursos de forma gradativa até 2009, até se chegar a 20% dos recursos, sendo que para o exercício de 2007 adota-se o percentual de 16,66% para os recursos já previstos pelo FUNDEF (FPE, FPM, ICMS, ICMS Desoneração de Exportações e IPI) e 6,66% para os recursos novos (IPVA, ITR e ITCMD).

Os recursos do FUNDEB são automaticamente repassados aos estados e municípios, levando-se em conta diversas variáveis e não somente na proporção do número de alunos matriculados constante no Censo do MEC do ano anterior, como no caso do FUNDEF.

Conforme exposto na Tabela 28, pode-se observar que o Estado do Tocantins vem contribuindo com o Fundo mais do que dele recebe. Há, portanto, uma perda líquida gradativa de 24,51% em média. Esta perda, especificamente em 2007, foi de 22,95%.

GRÁFICO 18 - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

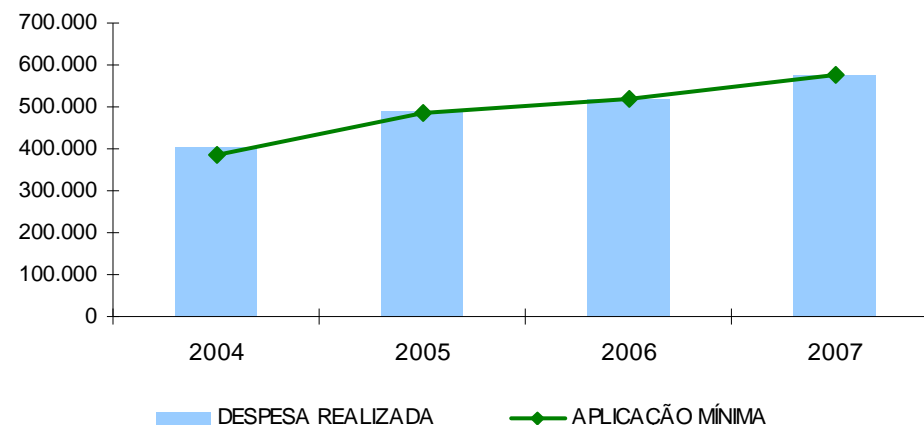
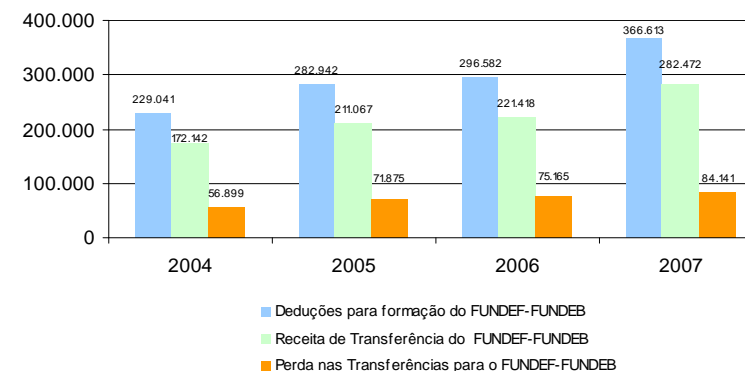


TABELA 30 - PERDAS DO ESTADO COM O FUNDEF/FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	2004	2005	2006	2007
Deduções para formação do FUNDEF-FUNDEB	229.041	282.942	296.582	366.613
Receita de Transferência do FUNDEF-FUNDEB	172.142	211.067	221.418	282.472
Perda nas Transferências para o FUNDEF-FUNDEB	56.899	71.875	75.165	84.141

Em R\$ mil

GRÁFICO 19 - PERDAS DO ESTADO COM O FUNDEF/FUNDEB



## 1.8. DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL

### 1.8.1. Dívida Fundada Estadual

Dívida Pública Consolidada é o montante total, apurado sem duplicidade das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos do Estado, do Distrito Federal ou do Município; assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 meses, tenham constado como receitas no orçamento, tendo como base legal as Leis nº. 4.320 de 17 de março de 1.964, art. 98, Parágrafo único, Lei Complementar - LC nº. 101, de 4 de maio de 2000, art. 29, inc. I, Resolução nº 43 do Senado Federal art.2º, inc. III e Resolução nº 40 do Senado Federal Art. 1º, Inc. III

De acordo com a Resolução nº. 43 Senado Federal, art. 2º inc. V, a dívida consolidada líquida é a dívida pública consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

A Dívida Fundada do Estado do Tocantins é composta por 41 contratos; destes 35 compõem a Dívida Interna, sendo:

- 30 junto a Caixa Econômica Federal com vencimento mensal, tendo como objeto a infra-estrutura (saneamento, pavimentação e construção de unidades habitacionais);
- 1 com vencimento semestral destinado ao Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para Estados Brasileiros;
- 1 possui como agente financeiro o Banco do Brasil S/A com vencimento mensal, destinado ao saneamento básico;
- 1 contrato de parcelamento de débito junto ao INSS, com vencimento mensal, tendo o valor da parcela retido na cota do FPE;
- 1 junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com vencimento mensal; e
- 1 junto a Receita Federal do Brasil também com vencimento mensal.

A soma dos 35 contratos, em 31 de dezembro de 2007, perfaz um montante de R\$ 223.993.813,34.

A Dívida Externa é composta por 6 contratos com vencimento semestral: 2 com o Banco Mundial, tendo como objeto a malha rodoviária estadual e o programa de desenvolvimento regional sustentável; 2 com o JBIC destinados à malha rodoviária estadual e eletrificação rural do estado e 2 junto ao Mediocredito Central SPA, destinados à construção de pontes, perfazendo, em 31 de dezembro de 2007, um saldo devedor de R\$ 408.132.432,25.

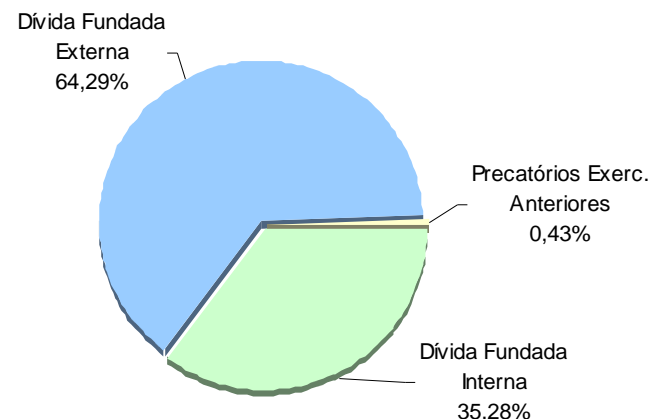
Em cumprimento ao que determina a LC nº. 101 de 4 de maio de 2000, art. 30 § 7º, “Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.”, o saldo devedor, em 31 de dezembro de 2007, é de R\$ 2.720.267,99, portanto, o montante da Dívida Pública Estadual, em 31/12/2007, fechou em R\$ 634.846.513,58.

Na Tabela 29 é demonstrada a participação das dívidas interna e externa, bem como dos precatórios de exercícios anteriores, em relação ao montante da dívida Fundada Estadual.

**TABELA 31 - DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA ESTADUAL**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM 2007	% PERCENTUAL
Dívida Fundada Interna	223.993.813,34	35,28
Dívida Fundada Externa	408.132.432,25	64,29
Precatórios Exerc. Anteriores	2.720.267,99	0,43

**GRÁFICO 20 - COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA**



A Dívida Fundada do Estado, no exercício de 2007 em relação a 2006, sofreu uma redução de 1,30%, conforme apresentada na Tabela 30.

**TABELA 32 - DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO NOMINAL DA DÍVIDA FUNDADA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR 2006	VALOR 2007	% PERCENTUAL
Variação Dívida Fundada	643.072.910,05	634.846.513,58	-1,30

A Tabela 31 evidencia os valores que, no exercício de 2007, vieram a refletir diretamente no resultado da Dívida Pública Estadual.

TABELA 33 - COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR EXERCÍCIO 2007
Inscrição	153.368.797,68
Atualização Monetária	-65.354.184,15
Amortização	96.237.352,66

**Inscrição:** Dos valores inscritos, têm-se R\$ 22.324 mil originários de parcelamento de débitos visando a regularidade do ente, possibilitando com isso firmar convênios importantes ao desempenho dos serviços públicos essenciais, e R\$ 131.044 mil originários de operações de crédito, valores estes recebidos pelo Estado, sendo transformados em benefício à população. Totalizando o montante de R\$ 153.368 mil.

**Atualização Monetária:** Os indexadores variam conforme as cláusulas contratuais. A variação cambial negativa gerou um saldo a favor do Estado de R\$ 65.354 mil.

**Amortização:** Os valores pagos, honrando os compromissos firmados com as entidades de crédito, reduziu o saldo devedor, ficando este no montante de R\$ 96.237 mil.

#### 1.8.1.1. Dívida Externa

Na Tabela 32 são demonstrados os valores que, no exercício de 2007, vieram a refletir diretamente sobre o resultado da Dívida Externa.

TABELA 34 - COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR EXERCÍCIO 2007
Inscrição	130.782.297,18
Atualização Monetária	-66.036.522,70
Amortização	69.165.372,14

**Inscrição:** O Estado recebeu recursos decorrentes de operações de crédito externas no total de R\$ 130.782 mil.

**Atualização Monetária:** variação cambial negativa ocorrida no período, de acordo com cada contrato externo, perfazendo um total R\$ -66.036 mil.

**Amortização:** O Estado amortizou, durante o exercício de 2007, junto as entidades de crédito externas um montante de R\$ 69.165 mil.

### 1.8.1.2. Dívida Interna

Na Tabela 33 são apresentados os valores que, no exercício de 2007, vieram a refletir diretamente no resultado da Dívida Pública Interna.

TABELA 35 - COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR EXERCÍCIO 2007
Inscrição	19.866.232,51
Atualização Monetária	682.338,55
Amortização	24.799.263,34

**Inscrição:** O Estado recebeu recursos originários de operação de crédito interna no valor de R\$ 262.104 e parcelou valores junto a organismos federais o valor de R\$ 19.604 mil, perfazendo um montante de R\$ 19.866 mil.

**Atualização Monetária:** Refere-se à variação ocorrida com a moeda refletindo em cada contrato interno, assim, a atualização monetária no exercício de 2007, totalizou R\$ 682.338 mil.

**Amortização:** Conforme compromissos firmados com as entidades de crédito, o Estado amortizou um montante de R\$ de 24.799 mil.

### 1.8.1.3. Composição por Indexador

TABELA 36 - MONTANTE POR INDEXADOR		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM R\$	% PERCENTUAL
DÓLAR	358.935.911,39	56,54
IEN	62.832.249,10	9,90
TR	63.416.453,11	9,99
TJLP	82.002.547,56	12,92
UPR	48.809.540,01	7,69
SILIC	18.849.812,41	2,97
<b>TOTAL</b>	<b>634.846.513,58</b>	<b>100%</b>

O montante em reais por indexador é o resultado da soma dos valores originais de cada contrato. Seu objetivo principal é mostrar o reflexo que a variação de cada indexador traz ao resultado da dívida pública estadual. Conforme demonstrado na Tabela 34.

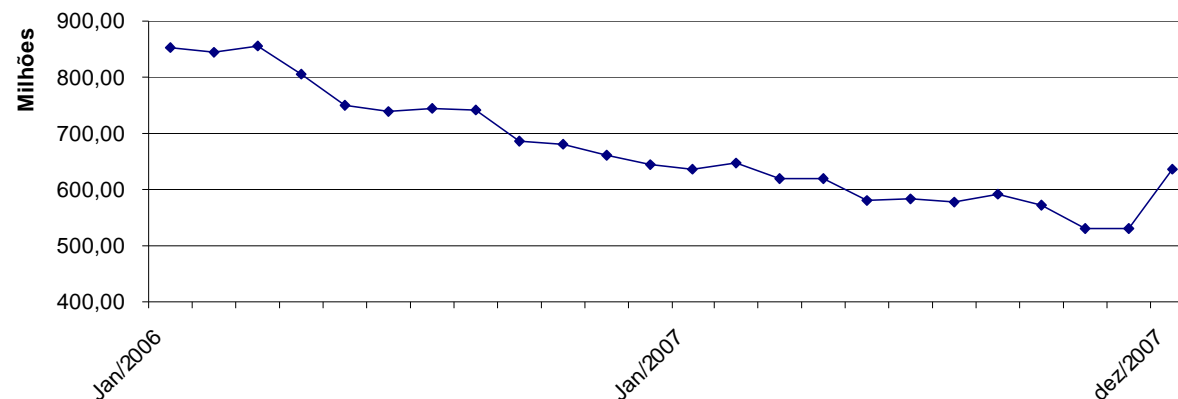
#### 1.8.1.4. Evolução da Dívida Estadual

Durante o exercício de 2007 ocorreram variações no montante da Dívida Pública Estadual. Na Tabela 35 é demonstrada a variação mensal do referido saldo.

**TABELA 37 - EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR**

MÊS	VALOR
Janeiro	637.406.558,74
Fevereiro	647.179.016,65
Março	620.523.552,90
Abril	620.540.381,76
Maio	581.316.450,39
Junho	584.271.154,69
Julho	576.433.603,67
Agosto	591.244.233,45
Setembro	572.532.742,81
Outubro	530.114.622,28
Novembro	530.349.261,20
Dezembro	634.846.513,58

**GRÁFICO 21 - EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA ESTADUAL-2006/2007**

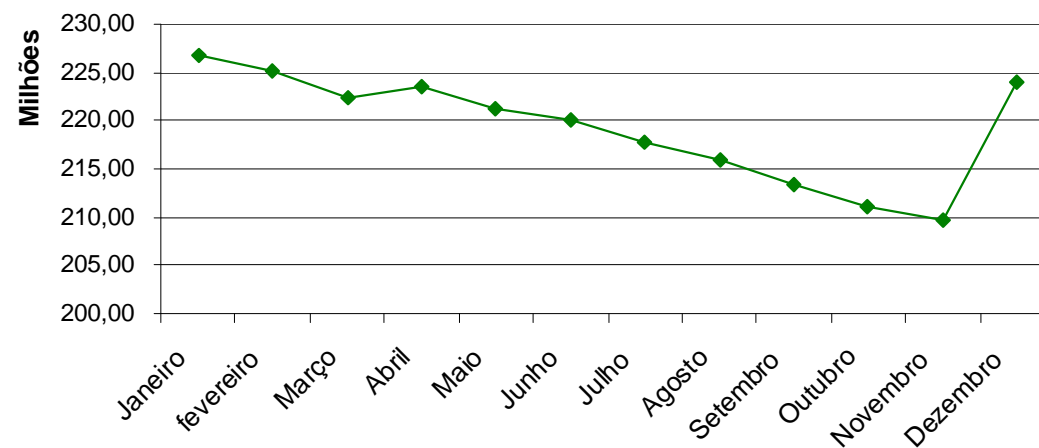


**Evolução da Dívida Interna:** No exercício de 2007, ocorreram variações no montante da Dívida interna. A Tabela 36 demonstra o saldo devedor mês a mês.

**TABELA 38 - EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR INTERNO**

MÊS	VALOR
Janeiro	226.728.438,37
fevereiro	225.175.582,21
Março	222.457.397,46
Abril	223.606.163,08
Maio	221.266.125,85
Junho	220.006.526,22
Julho	217.853.414,70
Agosto	215.925.005,14
Setembro	213.480.277,40
Outubro	211.025.009,09
Novembro	209.647.738,39
Dezembro	223.993.813,34

**GRÁFICO 22 - EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR INTERNO - 2007**

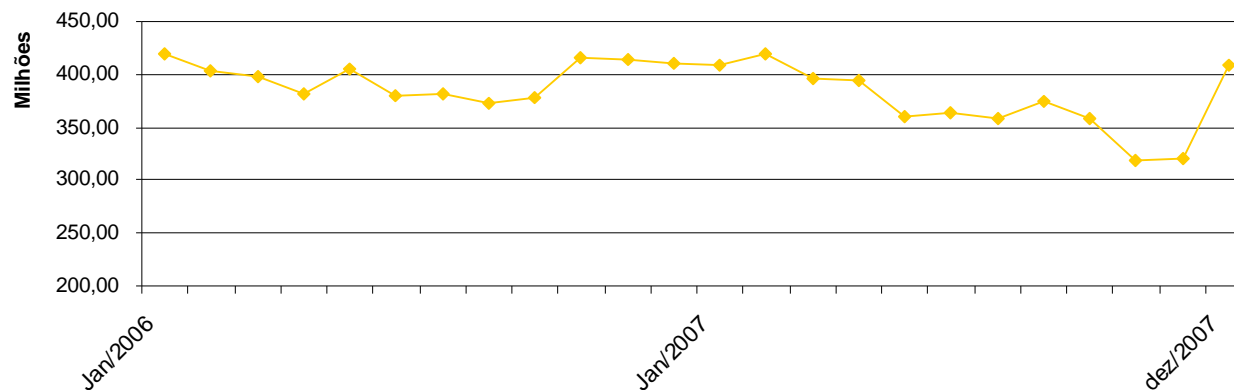


**Evolução da Dívida Externa:** A Dívida Pública Estadual Externa no exercício de 2007, teve variação em seu saldo devedor. A Tabela 37 demonstra o saldo devedor detalhado por mês.

**TABELA 39 - EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR EXTERNO**

MÊS	VALOR
Janeiro	408.401.745,85
fevereiro	419.727.059,92
Março	395.789.780,92
Abril	394.657.844,16
Maio	359.711.768,27
Junho	363.926.072,20
Julho	358.271.464,94
Agosto	375.010.504,28
Setembro	358.743.741,38
Outubro	318.780.889,16
Novembro	320.392.798,78
Dezembro	408.132.432,25

**GRÁFICO 23 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA - 2006/2007**

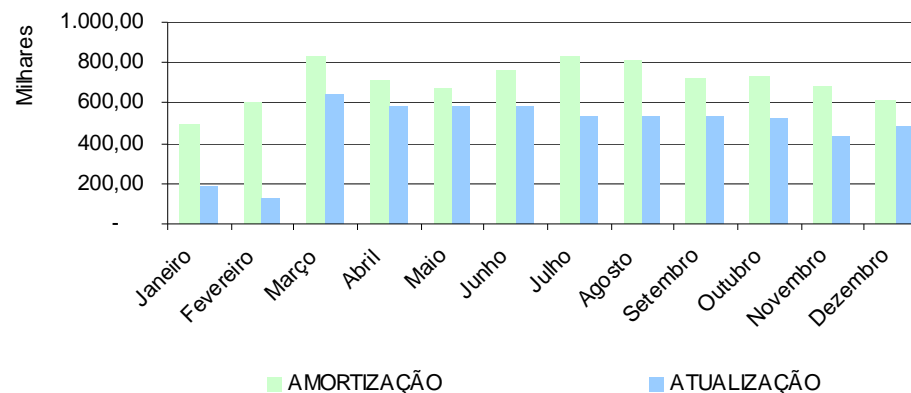


**Comparativo dos Valores de Amortização e Atualização do Parcelamento INSS:** Demonstrativo dos valores amortizados e atualizados mês a mês durante o exercício de 2007 no Parcelamento do INSS.

**TABELA 40 - COMPARATIVO PARCELAMENTO INSS**

MÊS	AMORTIZAÇÃO	ATUALIZAÇÃO
Janeiro	494.003,20	187.276,51
Fevereiro	602.145,75	129.211,32
Março	829.012,27	644.555,82
Abril	713.014,19	582.456,90
Maio	673.620,96	581.570,11
Junho	758.381,03	580.944,95
Julho	832.524,24	533.476,73
Agosto	809.986,86	531.607,61
Setembro	725.788,44	529.866,40
Outubro	734.320,30	528.640,57
Novembro	682.265,03	435.516,07
Dezembro	618.269,12	480.211,82

**GRÁFICO 24 - COMPARATIVO DOS VALORES DE AMORTIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PARCELAMENTO DO INSS**



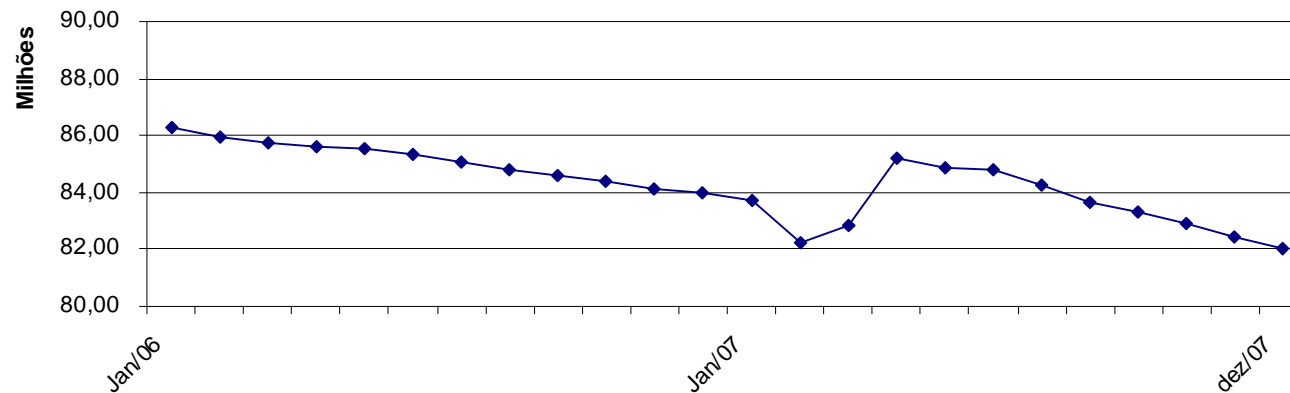


Comparativo do Saldo Devedor do Parcelamento INSS: O parcelamento INSS, no exercício de 2007, ocorreram variações no saldo devedor. Sendo demonstrado na tabela 39 a evolução do referido montante.

**TABELA 41 - EVOLUÇÃO NOMINAL DO SALDO DEVEDOR PARCELAMENTO INSS**

MÊS	VALOR
Janeiro	83.684.599,73
Fevereiro	82.236.481,63
Março	82.838.259,61
Abril	85.207.464,60
Mai	84.887.022,82
Junho	84.781.873,45
Julho	84.250.802,30
Agosto	83.661.803,58
Setembro	83.300.346,74
Outubro	82.895.275,11
Novembro	82.464.083,43
Dezembro	82.002.547,56

**GRÁFICO 25 - EVOLUÇÃO NOMINAL DO SALDO DEVEDOR DO PARCELAMENTO DO INSS**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Superintendência de Gestão Contábil da Secretaria da Fazenda, setor responsável pela elaboração e consolidação da prestação de contas do Governo do Estado, por meio do Balanço Geral do Estado ao apresentá-lo, pontua todo o trabalho desenvolvido no decorrer do ano.

Cumprindo com as determinações legais, foram elaborados os relatórios e demonstrações contábeis que compõem o Balanço Geral do exercício de 2007, de forma a oferecer informações que sirvam de ferramentas para análise e planejamento dos gestores públicos, além de disponibilizarem à sociedade em geral a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal do Estado.

Tendo em vista a Responsabilidade Social do Governo do Estado, podemos destacar o crescimento em áreas primordiais para a População Tocantinense, como por exemplo, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Lazer e Infra-Estrutura; o qual pode ser visualizado através do Balanço Social e do Relatório da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Fiscal, peças que, devido suas relevâncias, se tornaram de importância fundamental na prestação de contas do Governo.

Considerando que o trabalho em equipe é primordial para o bom andamento dos serviços na Administração Pública, agradeço aos Órgãos e Entidades que, através de seu pessoal técnico e administrativo, contribuíram de forma direta e indiretamente, para finalização da prestação de contas do Excelentíssimo Governador.

Palmas, 18 de fevereiro de 2008.

**ANA FERREIRA ALVES MARTINS**  
Superintendente de Gestão Contábil

---

**RELATÓRIO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL**

**Marcelo de Carvalho Miranda**

Governador do Estado

**Dorival Roriz Guedes Coelho**

Secretário da Fazenda

**Marcelo Olímpio Carneiro Tavares**

Subsecretário da Fazenda

**Ana Ferreira Alves Martins**

Superintendente de Gestão Contábil

**Ramon Gomes Queiroz**

Diretor de Demonstrações Contábeis

**Maria Helany da Silva**

Diretora de Normas e Procedimentos

**Maurício Parizotto Lourenço**

Diretor de Responsabilidade Fiscal

**Altran de Oliveira Júnior**

Diretor da Dívida Fundada